

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional

Ano VII

N.º 192

De 16 a 29 de agosto de 1984

Cr\$ 500,00

AS TAREFAS DO I CONCURTO



Nos dias 24, 25 e 26 de agosto cerca de cinco mil delegados, representando trabalhadores de todo o país, se reunirão no I Congresso Nacional da CUT. Será a resposta operária à escandalosa convenção do PDS que escolheu Maluf e à conciliadora convenção do PMDB e PDS que consagrou Tancredo. Será o instrumento para organizar a luta pelo fim da ditadura, contra arrocho e o desemprego. (págs. 7 a 10)



Nem Maluf

Nem Tancredo

Mandel analisa a crise

O grande teórico marxista e dirigente da IV Internacional mostra os limites da atual recuperação do capitalismo. (págs. 12 e 13)

No reino podre da ditadura...

A FESTA DA CORRUPÇÃO

Deu Maluf no maior espetáculo de corrupção e decadência da história

1. 200 mil salários mínimos na convenção do PDS

No reino podre da ditadura, a convenção que faz lembrar, as grandes festas dos impérios decadentes. Para aferir os votos de 782 convencionais do PDS, foram gastos cerca de 20 bilhões de cruzeiros, o equivalente ao pagamento do salário mínimo a 200 mil trabalhadores.

O custo estimado de 20 bilhões de cruzeiros inclui os gastos com passagens, transportes, alimentação, hospedagem e divertimento para cada convencional do PDS, além de todo o aparato promocional dos dois candidatos que disputaram a convenção.

Maluf utilizou para sua campanha todo um hotel com seus 256 apartamentos. Andreazza não ficou atrás, promovendo igual demonstração de força.

O cúmulo do descaramento foi, porém, a contratação de centenas de mulheres, escolhidas a dedo no eixo Rio e São Paulo, para atuar como recepcionistas e acompanhantes dos convencionais.

Nos seus vinte anos, a ditadura deu o seu maior espetáculo de corrupção e decadência.

Muitos bilhões já foram gastos. Mas o grande leilão apenas começou.

Quanto bilhões foram gastos até agora na corrida para o Colégio Eleitoral? O cálculo é impossível de ser feito mas algumas somas podem ser estimadas. Apenas com os gastos em viagens de avião na caça aos votos, Maluf gastou 500 milhões de cruzeiros. Andreazza, por sua vez, utilizou toda a máquina do Ministério do Interior para a sua candidatura: apenas para garantir o apoio do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos de Magalhães, Andreazza liberou uma verba de 115 milhões de cruzeiros.

De acordo com deputados dissidentes do PDS, o voto de cada convencional do PDS custou para Maluf algo em torno a 300 milhões de cruzeiros. O deputado Herbert Levy do PDS denunciou que Maluf, em uma de suas viagens a Fortaleza, ofereceu 100 milhões a um deputado convencional do PDS, que estava acompanhado de sua esposa. Como o deputado recusou, Maluf o procurou novamente levando presentes caros à sua esposa e desta vez lhe ofereceu 160 milhões

para tranquilizar a vida do casal". A oferta teria sido feita há dois meses atrás. Por sua vez, o deputado José Lourenço do PDS baiano denunciou alguns dias antes da convenção do PDS que foram lhe oferecidos cem milhões de cruzei-

ros para dar o seu voto a Maluf.

Tudo isso visava apenas a convenção do PDS. Agora, com a disputa dos votos no Colégio Eleitoral, o suborno deve subir, o jogo será mais pesado. Maluf conta com um capital inesgotável vindo provavelmente de sua penetração no meio empresarial e que será reforçado com o fato de ser o candidato oficial do governo.



Andreazza: o bobo da corte

Mas Tancredo tem também o seu capital: um grupo de empresários, quando da sua viagem a São Paulo, organizou um sistema de venda de 100 cotas de 60 milhões de cruzeiros cada uma para apoiar a sua campanha. Tancredo contará também com o apoio das máquinas dos principais governos estaduais do país. E, principalmente, como candidato hoje detentor da maioria dos votos do Colégio Eleitoral, procurará explorar a sua condição de candidato favorito para distribuir cargos na imensa máquina do governo federal em troca de votos.

Durante o império, havia uma legislação que proibia o voto a quem não tivesse um certo rendimento e propriedades. O Colégio Eleitoral é o jogo do vale tudo da época do capital monopolista: só pode disputar quem tem bilhões e bilhões de cruzeiros a sua disposição.

2. Na Convenção, a grande derrota de Figueiredo

Andreazza teve o apoio da maioria dos governadores do PDS e de quase todos os ministros de Figueiredo. Contou durante toda a sua campanha, com todas as verbas que quiz do ministério do Planejam-

to. Era o candidato oficioso do Planalto. Mas perdeu para Maluf por uma diferença de 143 votos (Andreazza foi inclusive menos votado que o seu vice, o governador Divaldo Suruagi).

A derrota do candidato predileto de Figueiredo mostra toda a crise da ditadura até em seu próprio terreno, o PDS. Com a vitória de Maluf, o mais provável é que o PDS en-

ministério para ferrar estes caras". A frase foi dita pelo coordenador da campanha de Andreazza, Paulo Pimentel, quando a sua estrondosa derrota já estava clara na convenção do PDS.

Andreazza, o ministro do sorriso permanente e da personalidade política oca, incapaz de competir com Maluf no aliciamento dos votos, estava transtornado após a conven-



Maluf: Nem Hitler nem Mussolini

tre em sua última fase de desintegração, um bom número dos que apoiaram Andreazza indo procurar abrigo sob as asas da candidatura Tancredo.

Na reunião dos governadores do PDS convocada por Figueiredo para apoiar o candidato vitorioso na convenção do partido, quatro não compareceram por já estarem comprometidos com a candidatura Tancredo (Espiridião Amin de Santa Catarina; Gonzaga Mota, do Ceará; Roberto Magalhães, de Pernambuco e Jorge Teixeira, da Rondônia). E, dos nove presentes, apenas dois já estão de fato comprometidos com a candidatura Maluf.

Maluf ganhou a convenção do PDS trabalhando as bases dissidentes das oligarquias do partido em cada estado. Um método que lhe valeu uma vitória folgada mas que criou cicatrizes importantes na sua relação com os governadores. Tancredo torceu pela vitória de Maluf na convenção por saber que com ele, teria um maior apoio no interior do PDS.

3. Andreazza, o "ministro traído": o bobo da corte

"Fomos traídos e levaram nosso dinheiro. Vamos usar o

ção: "não tenho nada para ouvir, não tenho nada para dizer".

Na festa do reino podre, não faltou o bobo da corte, assim consolado por uma das "andreazzistas", a manequim Monique Evan, no momento mais difícil: "não entendo nada de política, mas para mim ele é o mais gatinho".

4. A festa da vitória ou o caso do "mafioso predileto"

Na festa da vitória de Maluf, feijoada, lagosta, peru e

pernil. Para beber, vinho branco alemão e uísque escocês Grant's e Ballantine's 12 anos.

Durante a festa, uma manifestação calorosa mas inoportuna de um malufista ao candidato à vice-presidência pela chapa de Maluf, Flávio Márcilio. O malufista o cumprimentou afogueado pela bebida como "o meu mafioso predileto".

5. Nem Hitler nem Mussolini mas apenas Maluf.

Com a finalidade de esconder o caráter anti-popular da candidatura Tancredo, os seus apoiadores procuram caracterizar Maluf como o fascismo em ascensão. Diante do inferno que seria Maluf, o único jeito seria optar pelo purgatório Tancredo Neves.

O próprio candidato da "Aliança Democrática" já disse em entrevista que "a campanha de Maluf é fascista". Outros procuram semelhanças com Mussolini: "Dentro desse ninho se destacava, como águia, o senhor Paulo Maluf, sobranceiro, aquela sua queixada mussoliniana belissimamente escanhoadada, seu anel de politécnico, imagino, no dedo, o colarinho que nem precisava ser duro, peito ereto... (Paulo Sérgio Pinheiro, professor de Ciência Política no jornal Folha de São Paulo, de 14/8).

A comparação com o fascismo é, no entanto, falsa e só serve para esconder os contornos reais da situação em que vivemos. Maluf é hoje apenas o candidato vitorioso em um partido dividido, braço de uma ditadura militar em uma crise profunda. E se hoje ele é candidato a presidente da República no Colégio Eleitoral, não é porque exista uma força fascista em ascensão mas simplesmente porque o PMDB traiu a luta pelas diretas, na qual Maluf seria certamente pulverizado como foi o PDS em São Paulo.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sérgio Moura, Virgínia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30.000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira, 618 — Joia 4 — Bom Fim — CEP 90.000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 — sala 1414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal 1427 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1550 — CEP 59.072.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.

Economia brasileira

Ainda não há luz no final do túnel

Um exame mais detido da situação atual mostra que os sinais de recuperação da economia brasileira acenados por Delfim & Cia. não passam de fumaça sem fogo.

Por Maurício Borges



Tem-se assistido recentemente a uma acesa controvérsia sobre a recuperação da economia brasileira. A discórdia vai desde a determinação do caráter da recuperação — se apenas um fenômeno conjuntural ou sustentado — até a concordância ou não com a existência da própria recuperação. Na ponta de cá, situam-se, via de regra, os chamados “economistas da oposição” ao passo que, na ponta de lá, temos basicamente a tróica governamental, surpreendentemente apoiada por alguns jornalistas ligados à grande imprensa como Aloysio Biondi, editor de economia do jornal **Folha de São Paulo**.

Este último tem sido responsável, inclusive, por uma feroz campanha em prol da referida recuperação e contra o “pessimismo” dos “economistas da oposição” (Maria da Conceição Tavares à frente), atitude que já mereceu uma indignada resposta da conhecida economista na própria **Folha de São Paulo** há mais de um mês atrás. A despeito do debate estar envolvido num ou noutro caso por querelas pessoais, a discussão em seu significado maior tem profundas implicações políticas — ideológicas que não podemos esquecer.

Correto o governo e seus eventuais apoiadores, isto é, que estamos diante de uma recuperação razoavelmente sólida mesmo que ainda incipiente, mostra-se afinal alguma luz no final do túnel para um regime em final de carreira, ligado, no momento, ao completo fracasso e à desesperança.

Corretos os “economistas de oposição”, reforça-se a luta ideológica para o fim do regime e de sua política.

Os argumentos dos “otimistas

Ponto por ponto, a posição “otimista” em relação à recuperação baseia-se nos seguintes fatos. Em primeiro lugar, o aparecimento de um surpreendente superavit comercial resultante tanto do grande aumento das exportações quanto da redução das importações que, até o fim do ano, alcançaria mais de 11 bilhões de dólares. Alguns mais feitos como Biondi chegam a falar até mesmo na existência de um superavit estrutural devido ao amadurecimento de vários projetos de substituição de importações iniciados no governo Geisel.

Em segundo lugar, tal superavit afigura-se como um indicio de folga cambial e a consequente recuperação das reservas que, no final do ano, alcançariam algo em torno de 3 bilhões.

Em terceiro lugar, o início de recuperação industrial e o fim da recessão tendo em vista o crescimento de mais de 2% neste primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Em quarto lugar, guindada por tal recuperação, verificar-se-ia um crescimento da arrecadação do ICM estadual, o que constituiu uma inequívoca evidência da retomada do crescimento uma vez que as exportações industriais geralmente não pagam ICM. Assim sendo, o crescimento da arrecadação seria a expressão de uma reativação do mercado interno.

Por fim, o governo e apoiadores tem reivindicado até mesmo a recuperação da produção agrícola — a despeito de sua política de redução do crédito e aumento dos juros para o setor — tendo em vista o desastre verificado na safra 1982/83.

A realidade dos fatos

O superavit comercial deve-se em parte ao inusitado crescimento das exportações para os EUA cujo destino fica na dependência da incerta recuperação da economia americana. Uma outra parcela do superavit é explicada pela redução das importações, seja em virtude da própria redução do PIB (cerca de 10% em relação a 1980), seja em virtude da paralisação dos investimentos, o que implica na drástica redução de importações de bens de capital (em dólares correntes, esta redução deu-se de cerca de 6 bilhões de dólares na média do período 1974/80 para menos de 800 milhões de dólares).

Os dois fatos interligados, isto é, o aumento apenas conjuntural das exportações e a redução fundamentalmente conjuntural das importações indicam que a substituição de importações (petróleo e algumas insumos básicos), apesar de significativa (responsável por uma redução entre 4 e 5 bilhões de dólares) é inócua para garantir um superavit estrutural para a economia brasileira. Em outras palavras, dos cerca de 11 bilhões de dólares de superavit não mais de 5 bilhões de dólares são explicáveis pela “substituição” o que indica que qualquer processo de retomada do crescimento — realizado por suposto numa base internacionalizada — não menos de 6 bilhões a mais apenas com importações de bens de capital sem falar no acréscimo de insumos básicos.

Em suma, qualquer retomada razoável do crescimento tenderá a reduzir o superavit “estrutural” de 11 bilhões para 2 bilhões de dólares, quantia insuficiente até mesmo para bancar a balança de serviços.

Sofismos numerológicos

Baseada nas exportações, a tênue recuperação industrial pouco conseguiu no sentido de realimentar o mercado interno. De fato, como demonstram dados recentes da FIESP, a despeito de uma ligeira recuperação do nível de emprego, a massa dos salários continua reduzindo-se (cerca de 11% em termos anuais) tendo em vista o arrocho salarial vigente. Isso explica porque o comércio varejista continua apresentando desempenho negativo (redução das vendas em termos reais) até o momento.

A recuperação do ICM não passa de sofisma de números por parte de quem a defendeu (entre outros, o Aloysio Biondi como não poderia deixar de ser). A despeito do crescimento que se tem verificado mês a mês (isto é, o mês subsequente em relação ao mês anterior), o ICM, numa base anual, continua a apresentar crescimento negativo o que indica, até o final do ano, no máximo um crescimento zero, ou seja, continuar-se-ia no fundo do poço tal qual em 1983.

Finalmente, no tocante à safra agrícola, observa-se que a despeito do aumento da área cultivada, a safra de 1983/84 em relação à de 1982/83, ela é inferior à de 1981/82, o que indica que a contenção do crédito e o aumento dos juros tem influenciado negativamente o setor, mesmo com o forte incentivo da elevação dos preços verificada no ano passado.

Em suma, ao que parece, a propalada “recuperação” da economia brasileira não passa de mais uma trapaça barata — numerologia ideológica — da tróica governamental e asseclas.

Editorial

Concut apontará alternativa a Tancredo e Maluf

Por onde passa a luta pelos interesses dos trabalhadores?

Ninguém tem nenhuma dúvida de que não passou pela convenção do PDS, onde foi resolvido o que todos esperavam: Paulo Maluf será o candidato deste partido ao Colégio Eleitoral. O PDS nunca foi confundido com representante dos trabalhadores, e poderia sê-lo menos ainda com uma convenção em que os gastos oficiais para sua simples realização subiram a 20 bilhões de cruzeiros. Para os trabalhadores e todos os setores populares, o PDS continua a ser um insulto.

Mas a luta pelos interesses dos trabalhadores tampouco passou pela convenção do PMDB.

Diversas organizações que se reivindicam dos interesses históricos dos trabalhadores acham que sim: o PCB, o PC do B, o MR-8. Para estas organizações, o apoio a Tancredo no Colégio Eleitoral é o caminho que leva a ampliar o espaço para os trabalhadores, para melhorar em alguma medida

a situação econômica, etc. Não importa que Tancredo seja um representante conservador da burguesia: ele seria pelo menos um liberal.

Para estes setores, não importa nem mesmo que junto com Tancredo tenham de tragar José Sarney, até ontem mesmo presidente do PDS, notório grileiro, etc. Este seria o preço a pagar para garantir a vitória de Tancredo no Colégio. Segundo a grande imprensa, o PCB, PC do B e o MR-8 não só não se opuseram a Sarney, não o vairaram nem hostilizaram de nenhum modo, como ainda foram responsáveis pela sua entusiasmada ovação, aos gritos (de gosto bastante duvidoso) de “Hei! Hei! hei! Tancredo e Sarney.”

Um programa próprio

O que ocorre é que, mais importante ainda que o evidente conservadorismo dos candidatos do PMDB e da “Frente Liberal”, “liberais” estão trabalhando o caminho da composição com setores muito representativos da ditadura militar (como Geisel), que as correntes do movimento operário

que apoiam “Aliança Democrática” abandonaram a luta contra a ditadura, a campanha das “diretas-já”, e se colocam a reboque dos setores menos ditatoriais (?) da ditadura. Não surpreende que a plataforma anunciada não toque no IMI e na Lei de Segurança Nacional.

Para os trabalhadores, o acontecimento político deste mês é o Congresso da CUT, o Concut. Através dele, os trabalhadores estarão avançando na sua organização independente e na formulação do seu programa próprio.

O CONCUR realizado neste momento, duas semanas após as convenções do PDS e do PMDB, ganha assim uma importância toda especial. Será através dele que os trabalhadores poderão intervir nesta conjuntura, dizerem o que pensam das propostas mais conservadoras do Maluf ou um pouco menos conservadoras da dupla Tancredo-Sarney. É preciso deixar claro que as correntes do movimento operário (inclusive dirigentes da Conclat) que apoiam a “Aliança Liberal” não falam pela classe.

Tancredo & Delfim.

Tancredo mentiu, mentiu mas não conseguiu esconder: almoçou com Delfim. Na mesa, o compromisso de manter o Brasil sob o domínio do FMI.

No dia 18 de julho passado, Tancredo Neves e Delfim Neto almoçaram juntos no mesmo prédio, o 334 da Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. O encontro sigiloso acabou sendo revelado por uma inconfidência da empregada que trabalha no apartamento do governador mineiro no Rio. Assediado pelos repórteres, Tancredo à porta do edifício, na saída, negou que tivesse mantido um encontro com Delfim. No dia seguinte, em declaração à imprensa continuou insistindo que o fato de Delfim e ele terem almoçado à mesma hora no mesmo prédio era uma coincidência.

Aos poucos, porém, a verdade foi se estabelecendo de maneira irrefutável. Sebastião Drummond, no apartamento de quem Tancredo disse que almoçara, não estava no Rio de acordo com informações colhidas pelo telefone por jornalistas junto a sua família. E mais: Drummond, amigo de Tancredo, tem por sócio um empresário amigo de Delfim.

Em um segundo momento, Tancredo, enfim, reconheceu ter encontrado com Delfim Neto, não revelando, porém, o teor da conversa. Já no dia 1º de agosto, o presidente do Banco do Brasil confirmava o encontro de Delfim com Tancredo e justificava: tratava-se de obter do candidato à presidência da República o compromisso de manter de pé os acordos firmados entre o governo e o FMI. Tranquilizado, Delfim viajou alguns dias após para Washington, levando para o diretor-

gerente do FMI Jacques de Larosiere, a garantia de que os candidatos indiretos à Presidência da República respeitariam o que fosse acertado para o futuro com o FMI. Antes de encontrar-se com Tancredo, Delfim já obtivera idêntico compromisso de Maluf e Andrezza.

Romper com o FMI é tolice

No dia 31 de julho, Tancredo já defendia publicamente a idéia de que "romper com o FMI é uma tolice" e que "não havia nenhum economista que defendesse essa tese". O curioso é que Ulisses Guimarães, em seu pronunciamento de outubro do ano passado no Congresso, defendera a "retomada do desenvolvimento econômico, com distribuição de renda e soberania nacional, que requer o imediato rompimento com o FMI". (grifo nosso). O programa econômico peemedebista foi redigido pelos economistas Celso Furtado, Carlos Lessa e Luciano Coutinho e é agora renegado pelo próprio Ulisses.

Além de negar o rompimento com o Fundo, Tancredo criticou a forma como o presidente da Argentina vem conduzindo as suas relações com o FMI. Não há dúvida a esta altura que Tancredo pretende apenas corrigir os excessos da atual política econômica, mantendo os seus aspectos mais importantes.

Enfim, está claro que para os trabalhadores, o governo Tancredo significará a continuidade do desemprego e do arrocho salarial.



PARA ENGANAR O POVO

Quem é Sarnei

Grileiro, corrupto, na linha de frente pelo arrocho salarial e contra as diretas já.

Na convenção do PMDB, foi armado um esquema para evitar as vaia para o ex-presidente do PDS, José Sarnei, companheiro de chapa de Tancredo. Do plenário e das galerias, Sarnei foi saudado aos gritos pelos militantes do PCB e do MR-8: "Hei, hei, hei, Tancredo e Sarnei". O PC do B que prometera dias antes hostilizar Sarnei ficou com o rabo entre as pernas.

Quem é Sarnei?

"O Senhor José Sarnei, durante os últimos vinte anos, representou na qualidade de delegado do golpe de 1964, o regime autoritário no estado do Maranhão.

Exerceu importante liderança nesse regime, pugnando contra todos os interesses populares, culminando, dentre outras campanhas, pela implantação

do arrocho salarial e a derrubada da emenda constitucional pelas "eleições diretas já".

Nessa qualidade, instalou no Maranhão uma oligarquia cujos efeitos perduraram até o momento, dilapidando o patrimônio do Estado mediante a entrega de milhões de hectares de terras públicas a grupos nacionais e estrangeiros, gerando os mais graves conflitos na área rural. Esses conflitos refletem-se em inúmeros assassinatos de trabalhadores rurais e na desagregação do plano econômico e social.

O nepotismo oligárquico por ele implantado é responsável pela maior corrupção da história administrativa do Maranhão, criando um clima de angústia quanto ao futuro do Estado".

A nota é assinada, entre outros, pelo presidente regional em exercício do PMDB no Maranhão, o deputado Gerásio dos Santos.

Assine EM TEMPO

Um jornal na luta pelas diretas-já

À Editora Aparte Ltda.
Rua Francisco Leitão, 58 — Pinheiros — SP
CEP 05414 — Fone: 852-8880
Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral de jornal EM TEMPO.

Nome:
Endereço:
Cidade:
Bairro:
Estado:
CEP:

Assinatura anual: Cr\$ 7.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 4.000,00
Assinatura exterior anual: US\$ 35



Metalúrgicos São Paulo

Uma onda de greves sacode a categoria

No embalo da recente campanha eleitoral, os metalúrgicos paulistas travam duros combates com o patronato, chegando a ocupar várias fábricas.

Em São Paulo a mobilização pelo reajuste trimestral, por estabilidade no emprego e pelo reconhecimento das comissões de fábrica levaram à greve trabalhadores de 15 fábricas (Pirelli, La Fonte, Monark, Pial, Metalfrit, Semer, Lorenzetti, Pado, Taurus, dentre outras). Na Villares a luta se iniciou com um abaixo assinado que já forçou a empresa a ceder uma antecipação salarial de 20%. Os trabalhadores aguardam a resposta da empresa sobre a reivindicação da comissão de fábrica.

O momento em que estas greves e mobilizações ocorrem não é o da campanha salarial da categoria: a data-base é em outubro. Este dado demonstra a disposição de luta da classe trabalhadora, disposição de defender-se do archocho do decreto-lei 2065 e do desemprego.

A referência para a maioria destas lutas é a conquista dos metalúrgicos do ABC: na prática eles conquistaram o reajuste trimestral. Esta conquista e a luta dos metalúrgicos do ABC foram amplamente propagandeadas pela chapa de oposição.

Ao lado desta vontade de ir à luta a organização que os trabalhadores acumularam nas fábricas foi fundamental para que a mobilização fosse desencadeada. Em especial, o trabalho da oposição lançou bases para essas lutas. As Comissões, cipas, grupos de ativistas que participaram na chapa 2 foram decisivos neste processo.

A greve na fábrica

Na forma de luta encaminhada houve um avanço importante: a realização de ocupação de fábricas paralisadas.

Na Pial (fábrica onde as trabalhadoras são a metade do total de empregados



da empresa) foi realizado um acampamento com a participação de várias trabalhadoras grávidas.

Na Pirelli, a ocupação feita pelos trabalhadores foi ameaçada pela polícia: ela queria forçar a retirada de algumas carretas retidas no interior da fábrica. Não conseguiu, pois os operários formaram uma muralha humana que impediu a retirada das carretas. O grande problema no final da greve foi a atuação da diretoria do Sindicato (ausente nos momentos anteriores e decisivos da luta) que terminou abrindo espaço para que a empresa demitisse quinze operários indicados para compor a comissão de fábrica reivindicada na própria greve.

A unificação necessária

Apesar de toda essa mobilização faltou uma maior unificação das lutas. A diretoria do sindicato tem se mostrado incapaz de dar maior unidade no encaminhamento, forçando cada greve a ficar limitada a sua própria fábrica, o que é contraditório com o objetivo comum das lutas, que reivindicam basicamente as mesmas conquistas.

No fechamento desta edição a expectativa era a de mais greves serem deflagradas.

A importância do trabalho da oposição

Todo este processo coloca para a oposição, vitoriosa nas fábricas, com mais clareza, a necessidade de que o que foi acumulado no processo eleitoral e na campanha eleitoral não se disperse: as lutas da categoria já cobram a atuação da oposição e certamente cobrarão ainda mais. E a oposição não poderá deixar de responder a esta cobrança.

Quadro das principais greves

Fábrica	Nº de Trabalhadores	Reivindicações principais	Resultados
Pirelli	700	Estabilidade no emprego (1 ano), fim do serviço temporário, comissão de fábrica, aumento real de 20%, regulamentação do pagamento de insalubridade.	Estabilidade até 31.12.84, antecipação de 20%, fim do serviço temporário, fim da hora extra, comissão paritária para fiscalizar a questão da insalubridade entre a empresa e o sindicato. Repressão: demissão de 15 trabalhadores.
Pial	600	Estabilidade de 1 ano, comissão de fábrica, transformação da antecipação concedida em agosto em aumento real, fim da perseguição e repressão da chefia, readmissão de 3 demitidos, creche, controle do ritmo de produção.	Até o fechamento desta edição, ainda em negociação.
Monark	3500	Estabilidade, 20% de aumento real, comissão de fábrica.	15% de antecipação (parcelada).
La Fonte	700	Aumento de 30%, estabilidade de 1 ano, equiparação salarial, readmissão de 12 demitidos.	20% de antecipação, readmissão de 2 demitidos. Repressão: demissão de 22 trabalhadores.
Taurus	400	Aumento real de 20%, controle do ritmo de produção pelo sindicato, pagamento de prêmio de produção, estabilidade.	Em negociação.

Mulher Secundarista

Promovido pelas UMES (região centro), será realizado nos dias 15 e 16 de setembro, o II Encontro da mulher secundarista de São Paulo. O encontro será sediado no Colégio Caetano de Campos, na rua Pires da Mota, 99 — Aclimação.

Segundo a diretora da regional centro da UMES-SP, Tina, responsável pela organização do encontro, os debates versarão sobre Educação, Mulher e Juventude. No encontro haverá também mostra de poesias, contos, fotografias, desenho e artesanato, executados por secundaristas. A expectativa, segundo Tina,

é a de que haja uma grande participação durante a realização do encontro.

“A idéia da realização deste encontro surgiu a partir da discussão da separação de turmas na escola, por sexo. A partir desta discussão, surgiram diversas inquietações sobre sexualidade, emprego, escola, afetividade e passamos a discutir a idéia de nos unir e discutir estes problemas e buscarmos soluções. E como resultado final deste processo, nasceu o encontro que vamos realizar agora”.

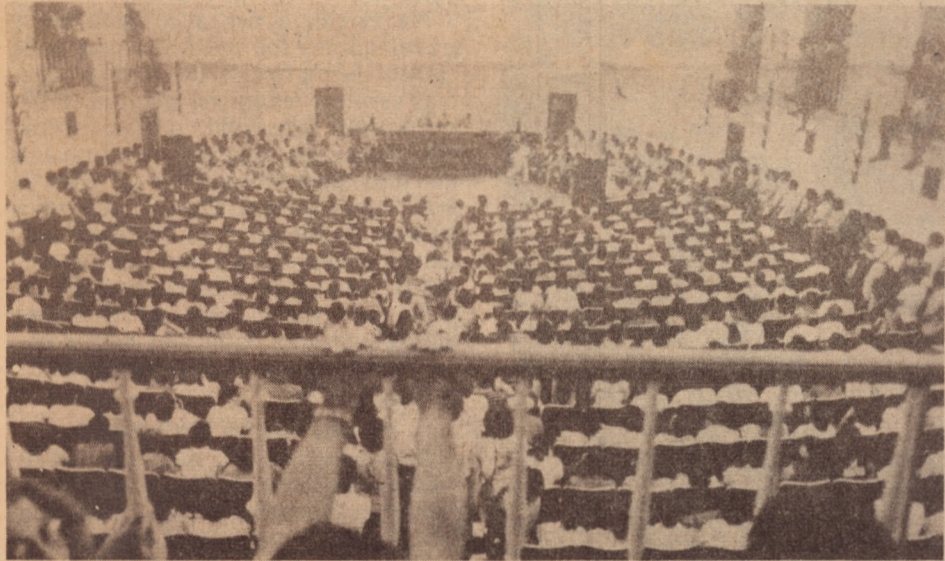


Professores e funcionários das Universidades

Um balanço da greve

A greve de 83 dias dos professores e funcionários das universidades chegou ao fim sem conquistar o atendimento das reivindicações. Mas o balanço da greve revela avanços importantes.

Por Américo Bernardes



Assembléia de professores: decidindo pela volta

Após 83 dias de duração encerrou-se a greve de professores das Instituições de Ensino Superior Autárquicas (19 Universidades e 8 Escolas Isoladas). A greve foi dada como encerrada no dia 08 de agosto, mesma data em que servidores técnicos-administrativos também deram fim à sua greve. Levando-se em conta a pauta de reivindicações, tanto servidores quanto professores não obtiveram qualquer ganho. Apesar da alteração da pauta, feita na última semana de julho, quando foram retiradas reivindicações importantes, abrindo-se mão da reposição salarial de 64,8%, que garantia a retomada do poder aquisitivo, nenhuma das reivindicações foi atendida.

No entanto, o balanço da atual greve revela avanços importantes.

As razões do encerramento da greve

O primeiro ponto a ser levantado está ligado às razões de encerramento da greve. A partir do relato de muitas universidades, observa-se que o movimento mantinha-se firme. Contudo, segundo as avaliações feitas por vários comandos locais, uma greve não prossegue apenas pela sua firmeza, mas pelas possibilidades concretas de ganho. E estas eram consideradas praticamente nulas.

Por outro lado, o Comando Nacional da greve encaminhou uma discussão sobre a proposta de alteração de pauta, contando com isto reforçar o movimento ante à opinião pública demonstrando a intransigência do MEC. Particularmente entre os reitores, que haviam exposto a situação da Universidade em documento público de 13 de junho ("O Conselho de Reitores em Defesa da Universidade Brasileira"), a mudança de pauta pretendia reforçar as alianças estabelecidas. Mas o resultado da reunião plenária do Conselho de Reitores foi um desastre. Face às pressões do MEC, que ameaçou com a intervenção nas Universidades, os reitores divulgaram um documento que em última análise é um voto de desconfiança ao movimento grevista, considerando-o modismo conjuntural e como desafiador da autoridade universitária.

Este golpe, mais a proposta de estabelecimento da Comissão de Alto Nível (constituída pelo MEC, composta de reitores) para estudar as reivindicações de professores e servidores, aliada à revisão das punições, semeou a confusão no interior do movimento nacional. As rápidas mudanças não

contaram com uma reação global e firme por parte do Comando Nacional e iniciou-se um processo de refluxo do movimento (algumas escolas isoladas inclusive encerraram a greve, rompendo a unidade e algumas universidades já haviam indicado o fim da paralisação). Neste sentido, a deliberação de fim de greve foi correta, pois a sua continuidade poderia significar uma desagregação do movimento.

Apenas uma trégua

O segundo ponto é o que se refere à continuidade da luta. Na maior parte das universidades, o sentimento dos professores é o de que está havendo algo como uma trégua: a greve foi encerrada, a Comissão de reitores não oferece nenhuma garantia para o movimento e os olhos estão voltados para o prazo de trinta dias (estabelecido pelo governo para a apresentação dos resultados). Em muitas universidades a resolução da greve foi tomada de forma a manter o estado de assembléia geral permanente, podendo haver nova paralisação, caso os resultados não se mostrem satisfatórios. Para os servidores a situação, apesar de um pouco mais complicada pelo duro golpe que representou o corte de salários, apresenta-se no mesmo nível.

Portanto, é de fundamental importância manter a mobilização, reforçar a aliança com as universidades fundações (que somariam mais quinze universidades ao movimento) e preparar a resposta ao governo (que pode ser uma nova greve), caso a Comissão do MEC não apresente uma proposta que atenda aos interesses de professores e funcionários. Também deve ser aprofundada a perspectiva de construção da nova universidade. Estes 83 dias representaram uma retomada da defesa da universidade pública e gratuita, um salto de qualidade no movimento de professores e funcionários.

Este salto de qualidade deve se expressar na exigência interna de autonomia e democracia, de medidas que garantam a qualidade do ensino e da pesquisa e condições de trabalho. Deve se expressar no reforço, por parte dos professores e funcionários, à luta geral dos trabalhadores por liberdade e democracia em nosso país, contra a conciliação com aqueles que pretendem o fim da universidade pública e gratuita.

* Américo Bernardes é presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás.

V CONEB

UNE: boicote ao Colégio Eleitoral

Foi majoritário o repúdio dos estudantes ao Colégio Eleitoral e a candidatura de Tancredo-Sarney.

Com mais de 550 Diretores e Centros Acadêmicos presentes, realizou-se em Vitória da Conquista, o V Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) da UNE. Na pauta, a situação nacional, as lutas educacionais, a estruturação da entidade e a situação internacional.

O CONEB face a base do movimento estudantil, causada pela não discussão anterior nas escolas e pelo boicote que o setor majoritário da diretoria certamente irá implementar a essas propostas.

As lutas educacionais

Ao nível das lutas educacionais, as resoluções aprovadas representam um relativo avanço se comparadas com as do Congresso de São Bernardo na medida em que conformam uma plataforma mais global na luta pela democratização da universidade e indicam o boicote nacional unificado como forma de luta nas escolas pagas.

Esse avanço se deu fruto de derrota da política de conciliação no ponto de conjuntura e só não foi maior devida à oscilação das correntes centristas que voltaram a se aliar, nesta que estão, ao setor conciliador, derrotando a proposta unificada dos petistas. Dessa forma, as resoluções pecam por diluir a necessidade da preparação de uma greve geral da comunidade universitária no sentido de se garantir a dotação de verbas e a democratização da universidade. Pecam também por escamotear a defesa do congelamento das anuidades, única forma de se garantir o fim da evasão nas escolas pagas e por não entenderem o caráter atual e concreto da luta pela estatização destas escolas.

Finalmente, o V CONEB mostrou a total inviabilidade da política de composição com a **Tribuna Operária** que as correntes centristas minoritárias na diretoria levaram à frente no Congresso de São Bernardo.

Com a radicalização da conjuntura o racha da diretoria se mostrou inevitável e irá se aprofundar ainda mais pois o setor majoritário e conciliador tentará boicotar as resoluções aprovadas sobre a situação nacional.

As conseqüências dessa vitória

A vitória dessa resolução foi importante no sentido de tornar claro o repúdio dos estudantes ao rearranjo burguês que visa a transição controlada do regime, diminuindo as já pequenas possibilidades de se concretizar um pacto social. Foi importante também no sentido de não permitir que o atual desgaste da UNE frente aos estudantes se aumente ainda mais, o que certamente ocorreria se a proposta de apoio à conciliação nacional fosse vitoriosa.

No entanto, essas conseqüências têm que ser relativizadas, devido ao escasso peso social que a UNE tem hoje e à autonomização

ENEPT

Construir o PT na Universidade

O V CONEB mostrou que continua aberto um grande espaço para a construção do PT como uma alternativa política que consiga dirigir o movimento estudantil rumo à superação da crise em que está. Isso porque foi principalmente devido ao crescimento dos petistas que houve a vitória de uma política classista para o movimento.

No entanto, o PT tem avançado pouco em termos de sua construção orgânica no interior da universidade, entendida tanto no sentido da elaboração de um programa do partido para o movimento estudantil quanto no da efetiva construção de uma política de massas no cotidiano dos estudantes. O próprio fato dos petistas se apresentarem divididos nas plenárias do CONEB atesta isso, em que pese a unificação das propostas quando das votações.

O I Encontro Nacional dos Estudantes do PT

Foi com esse entendimento que uma plenária dos militantes petistas presentes ao CONEB, dirigida por Paulo Delgado da Executiva Nacional, aprovou por grande maioria a realização do I Encontro Nacional de Estudantes Petistas (ENEPT) no início de setembro. Segun-

do a proposta vencedora, o I Encontro objetivará avançar na construção do partido enquanto uma alternativa para o movimento bem como iniciar a organização da intervenção dos petistas no 36º Congresso da UNE que ocorrerá em finais de outubro. Para isso, a pauta proposta consta de: conjuntura nacional e internacional; a situação da Universidade; a política educacional do governo, as lutas educacionais; o movimento estudantil; a situação do movimento e de suas entidades, a política do PT, o 36º Congresso da UNE; a construção orgânica do partido no movimento. Os critérios de participação são de 2 delegados para cada 9 filiados presentes onde houver núcleos legalizados até 15 dias antes do Encontro ou 1 delegado para cada 9 onde houver comissão de filiação. Não haverá delegados natos e cada proposta apresentada elegerá seus delegados em número proporcional à votação obtida. Toda essa proposta é indicativa à Executiva Nacional do Partido.

As perspectivas de se conformar no 36º Congresso uma maioria petista em aliança com as correntes centristas que confirme e avance nas resoluções aprovadas pelo V CONEB existem. Agora é dar toda a força ao I Encontro Nacional dos Estudantes Petistas.

As tarefas do I Concut



O primeiro Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, que se realizará nos dias 24, 25 e 26 de agosto, será o mais importante evento do movimento operário e popular deste ano. E poderá se transformar num marco histórico da luta dos trabalhadores brasileiros.

Para isto terá que responder a três questões muito claras. Em primeiro lugar, o I Concut se realiza duas semanas após o lançamento dos candidatos do PDS e do PMDB (e PDS) ao colégio eleitoral. As classes dominantes, na situação e na oposição ao regime, colocam suas alternativas. Mais do que isso querem fazer crer que se tratam das únicas alternativas possíveis, que não há outra coisa a fazer senão escolher entre o ruim e o pior. Querem fazer crer que os trabalhadores devem esquecer seus anseios e lutas, devem esquecer as grandes manifestações de repúdio à ditadura e ao seu colégio eleitoral.

Nosso congresso deve ir noutra direção. Devemos apresentar nossa própria alternativa, a alternativa dos trabalhadores da cidade e do campo: rejeitando legitimar o acordo das elites, boicotando o colégio eleitoral, exigindo diretas-já e a convocação de uma Constituinte livre e soberana, colocando o nosso programa de lutas econômicas. Devemos garantir neste congresso o prosseguimento da luta por estas bandeiras, o que só poderá acontecer se elas estiverem empunhadas pelas mãos da classe operária e dos trabalhadores.

Em segundo lugar, o I Concut deve aprovar uma plataforma de lutas simples e facilmente compreensível por todos os trabalhadores. Esta plataforma é a que está sendo escrita por milhões de trabalhadores nas suas lutas cotidianas, e em particular pelos que realizaram as grandes manifestações contra a ditadura e as greves recentes. Significa pois uma plataforma de nossas lutas centrais: pelo fim do regi-

me, pelo rompimento com o FMI, contra o arrocho e o desemprego.

Mas, cabe também ao Concut, a definição dos meios de retomar o processo de unificação das mobilizações dos trabalhadores. É possível e necessário recuperar o processo lançado no congresso de fundação da CUT, no rumo da preparação da greve geral. Mais amadurecidos, aprendendo com os erros, mas sem desconhecer que só um combate centralizado e organizado de toda a classe poderá conquistar vitórias significativas e deter a ofensiva patronal sobre as condições de vida de milhões de trabalhadores, os delegados ao Concut deverão definir os passos necessários para chegarmos à greve geral.

Em terceiro lugar, o I Concut precisa aprovar medidas organizativas e políticas que impulsionem um salto de qualidade na estruturação da CUT em todos os níveis, aumentando as forças que ela pode mobilizar, tornando-a um instrumento de luta muito mais eficaz para os trabalhadores brasileiros. Em particular, este congresso deve aprovar medidas para a organização da CUT na base do movimento sindical, em todas as categorias, estejam seus sindicatos filiados à CUT ou não.

Devemos também eleger uma nova direção capaz de orientar a aplicação do plano de lutas e das diretrizes de construção aprovadas.

Por fim, uma preocupação deve estar presente em cada delegado do Concut: a preocupação em armar o movimento dos trabalhadores da cidade e do campo para os desafios colocados pela luta de classes. As dificuldades naturais de organização de um congresso com mais de cinco mil delegados, que tem que se posicionar sobre um grande número de questões internas da CUT, não podem nos desviar das questões centrais cujas respostas nos são cobradas por todos os trabalhadores brasileiros.

As Tarefas do Movimento Operário

O Brasil enfrenta hoje a mais grave crise de sua história. As classes dominantes colocam suas alternativas: de um lado, a candidatura Maluf; de outro, Tancredo. Aos trabalhadores está colocado o desafio de lançar uma alternativa que represente de fato a conquista da democracia e das reivindicações de todo o povo explorado.

O Brasil enfrenta a mais grave crise de sua história. A profunda recessão, iniciada em 80, provocou uma queda de 16% na produção industrial, sendo acompanhada de uma inflação que hoje atinge 230% e de uma dívida externa de cerca de 100 bilhões de dólares. A condução da economia do país foi entregue ao FMI.

O proletariado está sendo duramente golpeado pelo desemprego — que hoje atinge 12 milhões de trabalhadores — pelo arrocho salarial e pela carestia.

A ditadura militar vive hoje, vinte anos após sua implantação, sua maior crise. Neste quadro, as classes dominantes colocam suas alternativas: de um lado a candidatura Maluf, de outro Tancredo. Maluf representa a continuidade do regime. Tancredo, o esforço das classes dominantes de transição para uma nova forma de dominação.

Queremos o fim do regime

Frente à grave crise que atravessa o país — com as classes dominantes divididas, com as instituições desacreditadas e amplas massas repudiando o governo — o movimento operário tem uma extraordinária oportunidade histórica para fazer avançar a luta dos trabalhadores e a sua organização. Oportunidade de lançar-se como uma alternativa frente aos projetos burgueses, uma alternativa que represente de fato a conquista da democracia e das reivindicações econômicas de todo o povo explorado.

Hoje, mais evidente do que nunca, a aspiração central dos trabalhadores é o fim do regime militar. A campanha pe-

las diretas demonstrou que a burguesia chamada liberal não tem interesse em enterrar a ditadura. Para a burguesia que joga com a candidatura Tancredo o que interessa é uma transição controlada, sem rupturas, para um novo regime, através de uma negociação pelo colégio eleitoral que incorpore partes do atual regime e exclua a participação e a mobilização popular.

Vanguarda da luta democrática

A tarefa central, pois, do movimento sindical é firmar a presença da classe trabalhadora na vanguarda da luta democrática, apresentando-se como a única classe capaz de dar continuidade a este combate. Só assim nossa classe não cairá na armadilha do mal menor, que é ter de escolher uma das alternativas postas pelas classes dominantes.

A política da CUT deve ser clara:

— denunciar a negociação, a conciliação, o acordo entre as elites às custas do povo;

— encabeçar uma campanha pelo boicote ao colégio eleitoral, denunciando o caráter ilegítimo e antipopular de qualquer governo surgido daí;

— chamar a unidade todos os que rechaçam a conciliação, através da continuidade da luta de massas pelas diretas-já.

Por uma Assembléia Constituinte

Mas a resposta da CUT, para se configurar como uma alternativa dos traba-

lhadores, deve avançar em dois sentidos combinados entre si:

2º A CUT deve colocar bem claro o programa de lutas dos trabalhadores

Não podemos deixar que a oposição burguesa — que quer legitimar-se no poder às custas da mobilização popular — seja um intérprete distorcido de nossos interesses. A CUT tem um programa, aprovado no congresso de fundação, que deve ser reafirmado. Ele é a expressão dos nossos interesses: o fim do regime e sua política econômica, o rompimento com o FMI e o imperialismo, a reforma agrária controlada pelos trabalhadores. É um programa inegociável, uma exigência frente a qualquer governo que venha a se estabelecer.

Mas é preciso, neste momento, destacar nossas exigências democráticas: além das diretas-já, revogação da LSN, da lei antigreve, do título V da CLT (que atrela os sindicatos ao Estado), fim dos órgãos de repressão e total liberdade de organização, direito de voto aos analfabetos, soldados e cabos. Todas estas exigências se dirigem não para uma reforma constitucional debaixo das leis e órgãos de repressão da ditadura, como quer o programa de Tancredo, mas para uma ruptura com tudo isso. Ou seja, dirigem-se para uma **Constituinte livre e soberana**, na qual os trabalhadores, a CUT, devemos desenvolver o nosso próprio projeto de organização do país e conquistá-lo com nossas próprias formas de luta.

Por um governo dos trabalhadores

2º) Só os trabalhadores podem conquistar, de fato, a democracia

Num momento em que as classes dominantes jogam todo seu empenho em atrair o apoio dos trabalhadores para a candidatura Tancredo, arrastando já os pelegos e reformistas — tradicionais inimigos da unidade da classe trabalhadora e aliados da burguesia — a CUT precisa de uma posição inequívoca: a luta pela democracia não passa pela conciliação de classes.

Nossas reivindicações mais sentidas sempre foram rejeitadas pelos governos das classes dominantes — é o que demonstra a história de nosso país e o desfecho dado pela oposição burguesa à luta pelas diretas. Só um **Governo dos Trabalhadores**, exercido diretamente pelos trabalhadores organizados, pode mudar radicalmente a situação em que vivemos. Por isso, a CUT não apoiará, não legitimará qualquer projeto de transição das classes dominantes. Não abrirá mão de qualquer luta em troca da estabilidade de um governo civil dos patrões.

Esta posição, que precisa ser incluída no programa da CUT, deve ser uma referência fundamental para enfrentarmos as ameaças de cooptação, de ganhar apoios dentro da nossa classe, que a oposição burguesa já desencadeou. É sobretudo, um rumo fundamental para orientar os desdobramentos das nossas lutas.

De janeiro a julho de 1984

800 mil trabalhadores em greve

Apesar de todo o silêncio dos meios de comunicação, o ano de 1984 vai se caracterizando como um ano de retomada das lutas, com inúmeras greves em todo o país. Já ocorreram mais greves este ano do que em qualquer outro desde a vaga grevista de 78/80. Os trabalhadores, que sofreram revezes, em 1983 com a imposição do dec. lei 2065, se preparam para um acerto de contas com a política de arrocho e desemprego.

As estatísticas do Dieese, para os primeiros sete meses do ano, evidenciam dados importantes:

800 mil trabalhadores em greve		a onda se espalha...		Diversas categorias em greve.	
Número de Trabalhadores Mobilizados por mês		Local	Nº Greves	Destaque para os metalúrgicos	
Janeiro	17.258	São Paulo	117	Sector	Nº Greves
Fevereiro	29.473	Rio de Janeiro	15	1. Indústria	111
Março	11.620	Rio Grande do Sul	10	metalúrgicos	85
Abril	457.706	Minas Gerais	7	outros setores	26
Maio	159.874	Bahia	5	2. Profissionais Liberais	22
Junho	36.400	Maranhão	3	3. Serviços	18
Julho	76.400	Brasília	2	4. Funcionalismo Público	13
TOTAL	788.531	Goiás	2	5. Bóias-Frias	9
Em junho e julho não estão contabilizados os professores e funcionários das universidades federais e médicos residentes em greve deste maio. Inclui-se, em julho, a greve dos 40 mil trabalhadores rurais de Campos (RJ).		Pernambuco	2	TOTAL	173
		Outros Estados	9	Fonte: Brasil Extra nº 1	
		TOTAL	173		
		A greve nacional dos professores e funcionários das universidades federais abrangeu dezenove estados.			

Greves e ocupações

Aumentos salariais acima dos índices oficiais, abono de emergência, reajuste trimestral, estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho: estas são reivindicações comuns a quase todas as greves. Elas formam, na prática, um programa comum de lutas imediatas, o contra ataque dos trabalhadores aos efeitos mais diretos da política econômica. Para a CUT, estes são verdadeiros pontos de partida para mobilizar e unificar novos contingentes, para deflagrar um amplo movimento nacional contra o

arrocho e o desemprego. Neste novo avanço, os trabalhadores tem seus batalhões reforçados pela entrada em ação de um importante setor, o proletariado rural da região sudeste. As greves que se propagaram em S.P. a partir de Guariba e que atingiram os trabalhadores rurais de Campos (RJ) dão uma nova dimensão à luta dos trabalhadores.

Ocupação de fábricas

É preciso destacar ainda a retomada das greves com ocupação de fábrica.

Particularmente entre os metalúrgicos, a principal categoria em número de greves, este é um recurso cada vez mais utilizado. A greve dos operários da CSN, em Volta Redonda, foi, deste ponto de vista, exemplar. Esta é a resposta operária frente a intransigência do governo e dos patrões, preparando-se para greves mais longas, defendendo-se melhor da repressão e reforçando a presença das comissões de fábrica na condução da mobilização e organização dos trabalhadores. Aqui o exemplo que salta à vista é o da comissão de fábrica da Ford, em São Paulo. A conquista das comissões

de fábrica, a greve com ocupação, são linhas de força desta nova onda de greve, que a CUT deve absorver e impulsionar.

Confirmando a tendência que analisamos, em agosto, uma série de greves vão eclodir em São Paulo. No centro das reivindicações, os mesmos eixos já vistos nas demais greves, e tendo na direção as comissões de fábrica. Estas greves ocorrerem após a eleição dos metalúrgicos e em sua maioria são fruto do trabalho da oposição (vitoriosa nas fábricas).

Conquistas foram arrancadas dos patrões. E mais fábricas se preparam para ir à luta!



A CUT se constrói na luta

A CUT só se construirá efetivamente na medida em que se transformar em um valioso instrumento de luta dos trabalhadores contra o patronato e o seu governo, na medida em que unificar o conjunto do proletariado na luta contra o seu inimigo de classe.

O processo de construção da CUT só é possível se ela garantir, na prática, o fortalecimento das entidades de base, o aprofundamento da organização independente do proletariado, a solidariedade concreta àqueles que estão em luta. Mas devemos ir muito mais longe. Devemos construir a CUT na ofensiva contra os patrões e o governo, forçando-os a atenderem nossas reivindicações, construindo a liberdade e autonomia sindical, conquistando a democracia no Brasil.

A CUT deve propor formas que ampliem a organização dos trabalhadores, que garantam a construção da unidade a partir das lutas concretas. A CUT pode atuar no interior deste processo de mobilização levantando duas orientações básicas no sentido da unificação das lutas.

Em primeiro lugar, a CUT deve procurar **unificar as bases de campanha salarial das várias categorias dos trabalhadores**. Isto permite que em uma negociação, os trabalhadores das várias categorias e, ou de uma mesma categoria e vários sindicatos, possam fortalecer as formas de luta adotadas e garantir uma força maior contra os patrões.

Em segundo lugar, a CUT deve **elaborar uma plataforma simples contendo as principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros**. Esta plataforma não é uma lista de todas as reivindicações dos trabalhadores (já estabelecida no Congresso de fundação da CUT), mas deve ser um texto curto sintetizando as suas principais reivindicações. Esta plataforma deve ser transformada na reivindicação de todos os trabalhadores do país, deve ser agitada em cada vila, em cada fábrica, cada campanha salarial.

Preparar a greve geral

Mas, além de propor formas de unificação de lutas e uma plataforma comum

de reivindicações, é fundamental que a CUT estabeleça normas de luta que conduzam os trabalhadores brasileiros por um mesmo caminho. Esta forma de luta somente pode ser a **greve geral**.

Num momento em que as principais lutas dos trabalhadores a nível nacional estiveram e estão centradas em torno de alguns eixos básicos; em que a luta pelas diretas já e pelo fim do regime ganhou o apoio de todo o país; em que se multiplicam as greves contra o arrocho salarial e o desemprego; em que as lutas dos camponeses e bóias-frias pela reforma agrária e por melhores condições de trabalho no campo ganha um novo alento: neste momento, a CUT deve partir para a unificação geral destas lutas, preparando nas bases a greve geral pelo fim do regime militar contra o arrocho e o desemprego.

A experiência que já acumulamos na preparação de greves gerais revela ser fundamental colocar as questões envolvidas da forma mais precisa possível.

Em primeiro lugar, devemos precisar os eixos que unificam os interesses imediatos dos trabalhadores. Devem ser eixos claros compreensíveis por todos os trabalhadores.

Propomos os seguintes eixos:

- a — Por eleições livres e diretas já: boicote a Colégio Eleitoral.
- b — Pelo rompimento com o FMI.
- c — contra o Arrocho e o Desemprego — por reajustes trimestrais de salário — por um reajuste imediato de emergência que responda às perdas dos últimos decretos governamentais (o índice deve ser transformado em uma bandeira)
- d — Por uma reforma agrária imediata e pela extensão dos benefícios da Previdência Social aos camponeses e demais trabalhadores rurais.

— A preparação da greve geral deve combinar dois objetivos principais:

- a — fortalecer a direção nacional da CUT, sua capacidade de se colocar como direção efetiva das lutas concretas do conjunto dos trabalhadores brasileiros, fortalecendo a sua confiança na CUT e em sua direção;

b — estruturar a CUT em todos níveis e, particularmente, nas bases do movimento, tornando-a efetivamente presente em cada categoria;

— Parte deste processo de aprofundamento da unidade dos trabalhadores e de elevação da sua consciência é a realização da plenária latino-americana que a CUT está propondo que seja realizada a partir das centrais do Uruguai (PIT), Chile e Bolívia (COB). Esta reunião pode estabelecer uma plataforma de interesse dos trabalhadores latino-americanos e representar um avanço na sua luta contra o imperialismo e a política de arrocho do FMI.

A CUT deve propor a realização de um **Dia Internacional de Mobilização e Luta contra o FMI** que atinja os trabalhadores de todos estes países.

Do fracasso das greves gerais propostas para 25 de outubro e 25 de abril, a CUT não deve tirar a conclusão de que elas só serão possíveis com a participação da Conclat e que, portanto, a sua realização está condicionada a um acordo prévio com este setor. Na presente conjuntura os pelegos e reformistas farão todo o possível para impedir uma mobilização dos trabalhadores que perturbe o atrelamento aos interesses da "burguesia liberal". O esforço da CUT no processo de preparação da greve geral deve, sem abandonar a busca da unidade de ação, ser dirigido principalmente para organizar as bases do movimento.

O processo de preparação da greve geral deve estar centrado sobre três pontos básicos. O Congresso não deve definir uma data (uma eventual desmarcação da data desgastaria ainda mais a proposta), mas deve definir um **processo** que — a partir da politização e da mobilização, acompanhadas de avaliações permanentes — garanta a deflagração da greve geral.

a — A divulgação dos eixos estabelecidos entre todos os trabalhadores de todas as categorias, particularmente aquelas cujas entidades não integraram a

CUT, iniciando o processo de mobilização.

b — Realizado um intenso trabalho de agitação entre todos os trabalhadores e centralizadas as suas organizações que se engajaram no processo de greve geral, entregar estas reivindicações ao governo federal, estabelecendo um prazo do movimento para que o governo dê uma resposta a elas. Divulgar amplamente estas reivindicações, cobrando apoios de toda a sociedade.

c — Após ampla mobilização na base, com o vencimento dos prazos do movimento, reunir a plenária nacional da CUT para avaliar todo o encaminhamento e definir a data da greve geral ou novos passos para ampliar a mobilização ou novas formas de luta.

Preparar a greve geral não significa apenas cumprir um cronograma. Preparar a greve geral é, antes de tudo, educar os trabalhadores dentro da compreensão que seus interesses somente serão atendidos pela sua luta comum. É mobilizá-los, reforçando a sua consciência, sua confiança em suas próprias forças e na sua direção. É organizá-los, nos seus locais de trabalho, nos seus sindicatos e, principalmente, na CUT.

Apenas assim, a compreensão da necessidade e da viabilidade da greve geral pode ser generalizada no interior da classe trabalhadora. A eclosão da greve geral pode atropelar o processo de preparação que propomos. Pode resultar, como em julho de 1983, da mobilização conjunta de algumas categorias fundamentais, que repercute sobre o conjunto da classe trabalhadora (e lembremos que neste semestre teremos as campanhas salariais dos metalúrgicos em São Paulo, Minas e Rio).

A greve geral pode resultar ainda de um protesto contra alguma medida do patronato e ou do governo, que agrida frontalmente a classe trabalhadora e desperte uma profunda indignação e solidariedade de classe. Preparar a greve geral, é portanto, estarmos também preparados para aproveitar estas oportunidades de mobilização contra nossos inimigos.

Avançar na construção da CUT

A conquista de uma maior unidade do movimento sindical passa hoje pela aceleração e aprofundamento da estruturação da CUT.

Organizar as diferentes instâncias da CUT é parte essencial de sua construção como um instrumento de luta dos trabalhadores. É preciso superar a visão simplista que vê a construção da Central Única apenas ou principalmente como um processo de realização de congressos e eleição das direções intermediárias. Isto é necessário mas não suficiente.

Construir a CUT significa torná-la uma realidade presente em cada luta travada pelos trabalhadores; significa organizar os trabalhadores por regiões e locais de trabalho, independente da categoria a que pertençam; significa torná-la a direção reconhecida por milhões de trabalhadores. E isto ainda não foi feito, ainda que em escala localizada, em qualquer região do país. A CUT ainda não se constituiu numa referência de luta obrigatória, necessária e sentida pelos trabalhadores.

A unidade a ser conquistada exige uma CUT forte

Se é certo que a CUT se deslanchará muito mais rapidamente num processo de lutas unificadas nacionalmente, como a greve geral, também é certo que não podemos ficar à espera destes avanços para detonar a construção da CUT. Mais ainda, muito do atraso na sua construção se deveu a uma compreensão parcial do problema da unidade do movimento, que prevaleceu após o congresso de fundação da CUT.

Havia uma expectativa de que o processo de implantação da CUT poderia

passar por uma unificação com as forças do Conclat. A realidade mostrou o contrário. A conquista de uma maior unidade do movimento sindical passa hoje não por este caminho, mas pela aceleração e aprofundamento da estruturação da CUT. A conquista da unidade da classe trabalhadora apenas pode resultar do fortalecimento de suas forças mais combativas, ou seja, da CUT. Só assim a unidade será sinônimo de luta, independência frente ao estado e democracia.

Toda força à organização regional e estadual

Estruturar a CUT exige de imediato todo empenho na realização dos congressos estaduais que estão por serem feitos; a ampliação das CUTs regionais e a viabilização do funcionamento das direções eleitas.

As estruturas estaduais e regionais da CUT ganham importância por permitir uma vinculação maior com as várias realidades regionais, com uma dinâmica desigual das lutas e também por ser o elo de ligação mais imediato entre a CUT e os trabalhos de base. Um exemplo desta importância é a luta desenvolvida no Rio Grande do Sul antes da greve no dia 21 de julho, que preparou as condições para uma adesão bastante ampla à paralização nacional.

Ofensiva na filiação de entidades e em sua democratização

É preciso redobrar os esforços de fi-

liação dos sindicatos à CUT. Muitos dos sindicatos que assumem o programa de lutas da CUT ainda não se filiaram. É preciso que deem o exemplo. E mais: que sirvam de polos de atração para que outros mais se juntem à Central Única.

Este esforço deve ser acompanhado de definição de uma prática sindical capaz de orientar os sindicatos filiados à CUT: uma prática que generalize as experiências mais avançadas de organização pela base, que se proponha a desenvolver formas de organização independentes, a salvo das intervenções do Ministério do Trabalho. O exemplo dos fundos de greve permanentes tem que ser uma meta de todos os sindicatos ligados à CUT: é preciso criar as condições de sustentação de greves mais duradouras e, em última instância, da própria greve geral.

Tudo isto se vincula também com a construção material da CUT, em cada nível em que esteja organizada, tarefa na qual os sindicatos ligados à CUT jogam um grande papel.

A CUT na base do movimento: os núcleos

A implantação da CUT na base do movimento abre um terreno novo e rico de ensinamentos práticos.

Hoje já temos uma importante e crescente experiência de construção de organismos sindicais por empresa e local de trabalho e a tendência visível é de que essa experiência se generalize.

Falamos das dezenas de comissões sindicais de fábricas e empresas surgidas no calor das lutas travadas desde maio de 1978 e, principalmente, nos últimos dois anos.

Se esse processo tem sido, até agora, quantitativamente limitado e marcado por uma grande dose de espontaneísmo e empirismo, a tendência é que se generalize e ganhe consistência política. A CUT deve deixar de ser mera expectadora e passar a impulsionar esse processo orientando a formação e apoiando organismos desta natureza em todas as categorias, ultrapassando o veto das direções dos sindicatos pelegos.

Outra tarefa da CUT, ainda no que se refere a organização de base é a organização de seus ativistas em oposições sindicais, que ela deve impulsionar e apoiar em todas as categorias onde o sindicato oficial esteja nas mãos de pelegos e da burocracia sindical. Estas correntes de militantes da CUT em cada categoria devem buscar agrupar em núcleos da CUT todos os trabalhadores que se comprometam de forma efetiva com a democratização e a luta pela independência sindical e com a mobilização dos trabalhadores.

Os núcleos da CUT, primeiro passo na construção da CUT na base de cada categoria, devem se vincular à CUT regional através de coordenações de núcleos de uma mesma categoria. O seu trabalho é o de levar à prática o programa da CUT, lutando, em primeiro lugar, pela conquista da direção do sindicato.

PT discute o Congresso da CUT

Aqui as resoluções do encontro nacional sindical do partido.

O PT, que desde a sua fundação tem se jogado com todas as suas forças a serviço da construção da organização política independente dos trabalhadores, procurou definir suas propostas para o I Conclat. Após encontros estaduais, realizou o encontro nacional sindical do partido. Como contribuição para o debate e respeitando a democracia do Congresso, o PT levanta as seguintes propostas:

a) **no plano político:** apresenta sua plataforma de 10 pontos de luta, destacando-se a denúncia do acordo das elites, materializadas nas candidaturas Tancredo e Maluf, o boicote ao colégio eleitoral e a necessidade de continuar a luta pelas diretas-já. Ao mesmo tempo propõe a imediata ruptura com o FMI, a suspensão dos pagamentos da dívida externa, e um conjunto de lutas econômicas e políticas para unificar o movimento dos trabalhadores.

b) **no plano da construção da CUT:** as propostas que o encontro definiu dirigem-se a quatro aspectos da construção da CUT:

— sobre a filiação, o entendimento majoritário no PT é de que a CUT deve manter, neste momento, o critério de filiação tendo por base as entidades representativas. Mas este é um debate que seguramente prosseguirá, sempre aberto às próprias alterações na estru-

tura sindical, como os avanços na construção de comissões de fábrica.

— sobre a duração dos congressos — após o debate entre duas propostas (2 ou 3 anos), o encontro nacional do PT posicionou-se pela defesa, neste congresso, do mandato de dois anos, considerando o processo ainda em implantação da CUT nos vários estados.

— sobre a proporcionalidade na composição da direção da CUT — o critério de proporcionalidade aprovado pelo encontro para ser proposto no Congresso considera duas situações. Havendo duas chapas, o critério deve ser o de 20% (como está no estatuto atual) como mínimo para que uma das chapas venha a compor a direção; havendo mais de duas chapas o mínimo de representatividade exigido passaria a ser 10%.

— congresso de comissões de fábrica e empresa — com o crescimento do número de comissões de fábrica, passando cada vez mais a se constituir numa realidade nova dentro do sindicalismo brasileiro, o encontro levanta a proposição de a CUT promover um congresso de comissões de fábrica. Seria um importante meio de sintetizar e expandir as experiências de luta de milhares de trabalhadores que, no seu local de trabalho, têm avançado o seu nível de organização.

Lutamos pela unidade dos trabalhadores

A CUT deve buscar a mais ampla unidade de ação através de propostas claras de luta.

Construir a unidade da classe trabalhadora na luta: este é um objetivo central que a CUT consagrou no seu congresso de fundação.

Hoje, depois de vermos os setores que se organizaram no Conclat promoverem a divisão do movimento sindical, sabotarem suas lutas, recusarem-se a participar de congressos unitários, democráticos e independentes do Estado e dos partidos, devemos concentrar nossa batalha histórica pela unidade dos trabalhadores no encaminhamento das lutas concretas que temos pela frente. E devemos levar esta batalha sabendo que só uma CUT forte e enraizada nas lutas será capaz de impor, pelas bases, a unificação do movimento sindical.

Hoje não basta apresentarmos nossas propostas à direção do Conclat e fazermos uma propaganda geral delas. Nossas propostas, além de serem sustentadas pelos sindicatos vinculados à CUT, pelas bases organizadas em cada um deles, devem ser dirigidas a todos os sindicatos e principalmente às suas bases. É aí que a disputa pela direção do movimento sindical se resolverá; é aí onde as propostas da CUT terão

aceitação. E é isso que poderá forçar as direções a assumirem as lutas.

Unidade de ação

A CUT deve buscar a mais ampla unidade de ação através de propostas claras de luta. Para debater estas propostas, acertar encaminhamentos conjuntos, definir planos de mobilização, a CUT deve propor plenárias democráticas com todos os sindicatos, inclusive os ligados ao Conclat ou não filiados nem à CUT ou ao Conclat. Deve ser ofensiva em relação a eles, buscando descolá-los da direção reformista e pelega do Conclat.

Por se interessar no crescimento da mobilização operária, a CUT não pode deixar de buscar permanentemente a unidade dos trabalhadores. Ela pode ter um papel decisivo no encaminhamento e viabilização da greve geral.

Não podemos confundir trabalhadores dispostos a lutar por suas reivindicações com direções que querem impedir que estas lutas ganhem força. Temos que saber atingir as bases para empurrar suas diretorias à luta ou então, se recusam a luta, para que sejam desacreditadas. Como no dia 21 de julho.

Debate

O filme e a história

QUILOMBO

EM TEMPO ouve o historiador Décio Freitas, autor do livro *Palmares, a guerra dos escravos*, que inspirou "livremente", segundo o próprio Cacá Diegues, a realização do filme *Quilombo*.

Por Beto Rodrigues e Marco Amarel

Até que ponto o filme "Quilombo", engloba a preocupação de retazer a história de Palmares, resgatar a história dos dominados?

Décio — É preciso, em primeiro lugar, estabelecer uma distinção entre um livro de história e um filme, enquanto o compromisso de um historiador é a verdade histórica, o de um cineasta é a verdade estética.

Penso que Cacá realizou um filme inovador, bastante corajoso, na medida que, pela primeira vez no Brasil, se apresentou o negro como protagonista central. Não o negro humilhado e servil e sim o negro afirmativo e orgulhoso. A face negra ressalta, no filme, mais que a face branca.

Ao mesmo tempo eu penso que o filme não é, nem tenta ser uma reconstituição de Palmares. Cacá se utiliza do tema Palmares para fazer, deliberadamente, uma fábula poética em que exalta a negritude e a história do negro no Brasil. Isto explica o fato de haver introduzido no filme componentes que não correspondem à verdade histórica até aqui estabelecida. Por exemplo: os negros Yurubás ou Nagôs somente começaram a chegar ao Brasil em fins do século XVIII, começo do séc. XIX. No séc. XVII que é quando se passa a guerra de Palmares não havia negros Yurubás ou Nagôs, a não ser uns ou outros isoladamente. No entanto, no filme há diálogos, cantos e práticas religiosas em língua Yurubá. Em minha

Os negros Nagô ou Yurubás somente começaram a chegar ao Brasil em fins do século XVIII, após a guerra de Palmares. No entanto, no filme há diálogos, cantos e práticas religiosas em língua Yorubá.

obra estabeleço claramente — e sobretudo com maior riqueza de dados — que os negros em Palmares, para conciliar as diferenças linguísticas oriundas da África, criaram uma nova linguagem que continha elementos de diferentes línguas africanas, elementos da língua portuguesa e elementos da língua indígena, uma língua que os portugueses e os outros negros que viviam fora do quilombo não conseguiam entender. Os portugueses para se comunicarem com os palmarinos usavam intérpretes. Não sobrou, no entanto, nenhum vestígio desta língua.

Além disso, eu penso que o filme de Cacá não dá uma idéia de uma confederação constantemente assediada por expedições enviadas pela coroa portuguesa em quase um século de uma guerra de guerrilhas praticamente sem pausas. Do mesmo modo, parece-me que a batalha final, muito complexa e dramática, aparece no filme como algo muito fácil e rápido. No filme, Ganga Zumba arrependido por ter sido levado ao pacto com os portugueses, mediante ao qual uma grande parte da população palmarina acabaria sendo restituída ao cativoiro, se suicida. Não é verdade! Ganga Zumba não se suicidou. Ele foi morto por um complot político organizado por Zumbi, por ter se tornado perigoso para a segurança de Palmares. É uma diferença muito grande entre um suicídio e um assassinato político. Outro elemento contraditório importante no filme é a maneira pela qual é apresentada a morte de Zumbi. Depois da batalha final de Palmares, Zumbi sobreviveu e procurou em diferentes lugares de Alagoas reorganizar seu exército. Na altura da morte dele, já tinha destacamentos operando na região toda. Um dos destacamentos de

Zumbi, que operava na região de Fenedo, teve um de seus membros capturados pelos portugueses, Antônio Soares, um mulato que foi duramente torturado e finalmente recebeu promessa de liberdade e em vista disso resolveu entregar Zumbi. Ele orientou uma tropa de paulistas até a Serra de Dois Irmãos onde se escondia Zumbi. Vejam que são coisas muito diferentes, há uma traição mesmo e é o próprio traidor, Antonio Soares, quem primeiro, atinge Zumbi, com uma facada. No filme, quem mata Zumbi são os paulistas. Não aparece também o fato de que ele ainda lutou e matou cinco adversários. Talvez com isso Cacá tenha tentado evitar a caracterização de traição, o

que poderia comprometer, na visão do cineasta, o caráter heróico da resistência palmarina.

— Isto daria substância a uma das críticas feitas ao filme, de que Cacá tenta apresentar de uma forma muito lírica o próprio significado de Palmares; ele alimenta, digamos assim, o mito de uma república democrática, negra encaçada no seio de uma sociedade escravagista.

Décio — Efetivamente Palmares foi uma sociedade livre, igualitária. Quanto a isto nada a objetar, isto corresponde rigorosamente à verdade histórica. Penso que os motivos pelos quais Cacá deu à história de Palmares versões diferentes, foram essen-

cialmente políticos. Cacá não quis ou não pôde fazer um filme que contasse uma guerra revolucionária. No filme se canta e dança muito...

— O que, inclusive, motivou a acusação do filme ser carnavalesco...

Décio — Em Palmares se cantava e se dançava, mas o filme dá a impressão de que era quase apenas isto o que se fazia. Ele não mostra, por exemplo, os negros produzindo. E eles produziam, tinham uma agricultura bastante produtiva, um artesanato em desenvolvimento, tinham até um intercâmbio com outras populações...

— Inclusive com os brancos...

Décio — Inclusive. Nos intervalos de paz havia uma relação de troca em forma de escambo. Mas o que mais se fazia era lutar, era uma guerra cruel quase constante. Isto configura a história de Palmares como uma epopéia. A resistência mais tenaz e heróica que oprimidos opuseram à opressores, não só na história brasileira, mas em toda a história da América Latina.

Eu me pergunto se não terá sido precisamente a verdade revolucionária de Palmares que Cacá quiz evitar. A reprodução da verdade histórica equivaleria a um discurso revolucionário.

— Não lhe parece que Palmares pinta mais como pano-de-fundo para, na verdade, fazer uma exaltação à cultura negra?

Décio — De fato. Quilombo é um filme bom, bonito... mas não é a história de Palmares. Trata-se de um filme do Cacá!

— Você não acha isto problemático na medida em que um expressivo público apenas tomará contato com a importante história de Palmares através do filme de Cacá, com todas estas limitações?

Décio — Um filme tem um público de que um livro não goza, tem maior difusão, impressiona muito mais e pode representar uma imagem muito mais eficaz. Neste sentido, é para mim no mínimo um inconveniente que se tenha de Palmares uma imagem parcial. É um velho problema da obra de arte baseada em tema histórico. Eu entendo que o artista não só pode como deve usar toda a sua liberdade criativa, até porque ele tem a possibilidade de ver mais fundo através da sua imaginação criadora. Mas também penso que aquilo que está historicamente estabelecido pode e deve ser respeitado, sem que isto prejudique a liberdade de criação. Neste caso, a imagem de Palmares, para milhões de pessoas, será a do filme do Cacá e não a do meu livro, cujo tema venho trabalhando desde 1965. E neste aspecto me parece muito lamentável.

Eu acho que não há nenhuma incompatibilidade entre a verdade histórica e a verdade estética. Mas esta última pode ser recriada sem atropelo da primeira. Até porque a verdade é sempre mais bonita, mais poética do que a invenção se tratando da história.

Mas voltando a uma reflexão do início, eu me pergunto não ter sido precisamente a verdade revolucionária de Palmares que Cacá quiz evitar. A reprodução da verdade histórica equivaleria a um discurso revolucionário. O filme é um discurso poético. Não vejo porque não conciliá-los!

De qualquer forma o filme é um grande avanço na cinematografia brasileira, na luta contra o racismo. E creio que foi esta a intenção do cineasta, ele quis fazer uma parábola libertária. Mas acho que neste aspecto falhou, fazendo-o parcialmente.

Mais bela e reveladora

Professor Oliveira Silveira *

Um filme bonito e interessante. Mas ainda fico com a história real de Palmares, a dos relatos históricos confiáveis, para mim mais bela e reveladora.

Entendo que se existe hoje no meio branco um crescente interesse por assuntos relativos ao negro, isso se deve ao revigoramento da movimentação negra brasileira nas últimas décadas. Os negros se movimentaram e geraram esse interesse nos meios políticos e artísticos.

Um ponto fundamental nesta nova fase do movimento negro foi a proposta de evocação do 20 de novembro (Palmares, morte heróica de Zumbi) como alternativa para o vazio 13 de maio. A proposta foi do Grupo Palmares, de Porto Alegre, que promoveu o primeiro ato alusivo à nova data em 1971. Lá por 78 ou 79 o Movimento Negro Unificado (MNU) assumiu, em quase todo o país, inclusive com a adesão de novos grupos que foram surgindo, o 20 de novembro como o "Dia Nacional da Consciência Negra". Como consequência dessa movimentação toda, apareceram idéias como a do Memorial Zumbi e este segundo filme de Carlos Diegues sobre Palmares.

Parece que, em Quilombo, Diegues tentou manter elementos ficcionais extraídos do romance de Felício dos Santos e aproveitados no seu primeiro filme sobre Palmares, "Ganga Zumba", unindo-os às novas informações trazidas pela obra de Décio Freitas. Certamente desejou ser simpático aos movimentos políticos e culturais negros mais consequentes, como aos movimentos sociais em geral. Não pretendeu, entretanto, como afirma, fazer um filme para ou sobre negros mas com negros. Nisso se aproxima um pouco de Décio Freitas que já disse não escrever sobre o negro como centro de interesse mais sobre o oprimido (se bem apanhadas suas declarações). Entretanto, Diegues e equipe não parecem ter lido bem as infor-

mações do historiógrafo ou seus precedentes sérios, a exemplo de Clóvis Moura, de "rebeliões da Senzala" de 1959. Ou desejaram afastar-se delas deliberadamente em várias passagens como bem o notou Décio Freitas em sua entrevista ao EM TEMPO.

Apologia do Brasil mulato

Outra observação: supervalorizando o fato de Palmares ter brancos e índios entre os negros, o filme entra a fazer a apologia do Brasil miscigenado (intenção confessada por Diegues), na mais eloquente tradição gilberto freyriana — a chamada teoria da meta-raça, da mulatização, do Brasil moreno, sucedânea atual de outras formas de extermínio tentada contra o negro, entre os quais a própria abolição da escravatura na forma como se processou. Ana de Ferro é o símbolo dessa pregação de branqueamento e ao mesmo tempo parece que o cineasta tenta através dela e seu pretenso engajamento mostrar que também há brancos solidários com a luta negra, o que afinal é verdade. Mas é personagem que se desenvolve de maneira forçada, a custo da imbecilização de outra, a jovem mulher negra de Ganga Zumba. Outra observação: Domingos Jorge Velho não chega a ser derrubado da galeria de falsos heróis oficiais. O filme não consegue mostrá-lo como o grande bandido, mercenário, ladrão e genocida degolador de índios que realmente foi.

Um filme bonito, interessante, sem dúvida. Mas ainda fico com a história real de Palmares, a dos relatos históricos confiáveis, para mim mais bela e reveladora.

* O professor Oliveira Silveira é poeta e membro do Movimento Negro Unificado (MNU/RS)



ERNEST MANDEL

O grande teórico marxista analisa como a recuperação do crescimento capitalista vem unida com o agravamento da crise financeira. E sintetiza: estão muito longe as possibilidades de uma verdadeira retomada da acumulação capitalista.

3

O prolongamento do déficit orçamentário durante a retomada significa que a demanda de capitais sob a forma de dinheiro tem sua origem em firmas capitalistas e no poder público. Tende a ultrapassar a oferta.

A origem da retomada na economia americana só pode ser explicada pelo aumento dos gastos públicos, especialmente militares.

Desse modo, as taxas de juros aumentam. Dada a alta inflacionária e o déficit da balança comercial americana, os capitalistas estrangeiros não colocam o seu capital-dinheiro nos Estados Unidos a não ser que lhes seja oferecida uma taxa de juros que tenha uma fiança contra uma queda antecipada da taxa de câmbio do dólar. A taxa de juros nominal atual é de 13 por cento, e a da inflação é de 5,5 por cento. A taxa de juros real é pois de 7,5 por cento, que é uma taxa enorme e usarária.

Tais taxas de juros, que poderiam aumentar, ameaçam a retomada econômica pois exigem taxas de lucro da ordem de 20 por cento ou mais, para continuar estimulando os investimentos. É verdade que houve nesta conjuntura um verdadeiro estouro de lucros nos Estados Unidos, os quais continuam até hoje. Tal situação é resultado do rebaixamento dos salários reais, os quais, apesar da retomada, continuam archoados.

Ora, a influência da retomada da indústria sobre a taxa de lucro depende dos seus efeitos sobre a composição orgânica do capital e do ritmo de crescimento dela em comparação com o ritmo de crescimento da taxa de exploração da mão-de-obra. A este respeito, nenhum capitalista ou conselheiro pode fazer projeções, ainda que imprecisas. Nestas condições o que se impõe são a incerteza e a intranquilidade. As possibilidades de continuidade para além de 1985 da atual retomada já são pequenas, o aumento das taxas de juros deverá sufocar a recuperação na indústria automobilística.

As possibilidades da atual retomada do crescimento da economia americana continuar para além de 1985 já são pequenas.

4

A retomada americana e a sobre-valorização do dólar têm sido as locomotivas que tiraram o restante da economia capitalista da recessão, a ritmos, proporções e sequências muito diferenciadas de um país para outro. Mas elas só têm este efeito na medida que não são neutralizadas por um aumento nos custos dos principais concorrentes da indústria americana. Daí um duplo paradoxo. É Reagan e não François Mitterrand, Craxi, Thatcher, Nakasone ou Helmut Kohl quem hoje aplica uma política neo-keynesiana no mundo capitalista. Esta política beneficia o Japão, o Canadá, a Alemanha Ocidental e o resto da Europa capitalista, justamente pelo fato de ser somente Reagan quem a aplica.

Não se deve, no entanto, exagerar o efeito da sobre-valorização do dólar. A deterioração da posição americana no mercado mundial é, em última análise, o resultado de uma evolução estrutural de longo prazo, de uma erosão dos avanços de produtividade da indústria americana, incluindo os seus setores de ponta.

O ano de 1983 foi marcado pela retomada da economia capitalista internacional. Partindo dos Estados Unidos, ela se espalhou progressivamente pelo Canadá, Japão, Alemanha Ocidental, Inglaterra, por algumas potências menores da Europa, pelos países semi-industrializados do Sudeste Asiático, assim como pelo Brasil. Começa a se manifestar também na Itália e na França. Uma série de países do chamado terceiro mundo continuam, ainda, marginalizados de tal onda.

Esta retomada se explica fundamentalmente pelo crescimento da demanda nos Estados Unidos. O mercado interior norte-americano, o setor mais importante do mercado mundial, tem absorvido uma massa crescente de mercadorias estrangeiras, num movimento que estimulou a retomada da atividade econômica nos países citados anteriormente. Este surto de atividade é provocado, principalmente, pela expansão das exportações destes países para os Estados Unidos e não pela expansão dos seus mercados internos.

O ano de 1983 foi marcado pela retomada da economia capitalista internacional.

A peculiaridade desta vaga ascendente na economia internacional se exprime num déficit crescente na balança comercial americana. Tal situação provocaria uma queda livre do dólar se não houvesse um fluxo constante de capitais sob a forma de dinheiro alimentando a economia americana. Ora, tal resultado só pode ser atingido através da persistência de um nível elevado das taxas de juros americanas, as quais, na verdade, incluem uma forte taxa de seguro contra uma provável desvalorização do dólar.

2

O quadro da retomada americana adota num primeiro olhar uma forma quase "técnica" e automática. A indústria automobilística e da construção, carros chefes da produção americana, cujos ciclos afetam fortemente o ciclo industrial, experimentam a partir de 1983 uma recuperação que se traduz nas altas taxas de crescimento apresentadas por esses setores (mais de 100 por cento em dois anos). No entanto, este aspecto técnico da retomada não é suficiente para explicá-la.

Na realidade, houve um aumento da demanda global que não teve sua origem no aumento das vendas (e da produção) dos bens de consumo e de produtos intermediários. Os investimentos no setor da produção também se mostraram vacilantes. A origem da retomada só pode ser procurada, pois, no aumento dos gastos públicos, especialmente dos gastos militares. É o déficit orçamentário de 200 bilhões de dólares por ano, que está na base da retomada econômica americana. Tudo decorre disso.

Uma tal retomada estimulada pelos gastos militares estimula a inflação. É o que aconteceu efetivamente, mas a espiral inflacionária foi desacelerada pela existência de grandes capacidades ociosas na indústria e pelo afluxo maciço de capitais, vindos do exterior, sob a forma de dinheiro. Estes últimos absorvem o déficit na balança comercial e impedem, desse modo, o déficit da balança de pagamentos dos Estados Unidos que poderia acelerar apressadamente o processo inflacionário.

Porisso, aconteceu uma verdadeira invasão de mercado interno pelos produtos dos países semi-industrializados. Sua participação nas importações americanas de produtos manufaturados ultrapassa atualmente as da Europa capitalista e do Japão. Tal fatia do mercado americano abrange numa proporção crescente produtos da indústria pesada e não somente produtos de consumo corrente. Trata-se de um debilitamento da indústria americana no mercado mundial como resultado de um conjunto de transformações que têm ocorrido no decorrer dos últimos quinze anos.

5

Para compreender a diferença entre o ciclo 1974-1979 e o ciclo que começa com a recessão de 1980 no que diz respeito à economia capitalista internacional em seu conjunto, é preciso, em primeiro lugar, perceber o que estes ciclos têm de comum. Os dois ciclos ti-

É Reagan e não François Mitterrand, Craxi, Thatcher, Nakasone ou Helmut Kohl quem hoje aplica uma política neo-keynesiana.

veram suas retomadas coroadas por uma nova e considerável expansão do endividamento, dos governos, das empresas e dos consumidores. Mas o destino dos créditos tem se modificado profundamente.

No período 74/79 a expansão principal do crédito abrangeu os governos e as grandes empresas dos países do terceiro mundo (incluindo os da OPEP) e os países dos estados operários burocratizados. No período de 80/84, e sem dúvida em 85, a expansão do crédito atinge essencialmente aos Estados imperialistas e às grandes "multinacionais" desses países.

Agora, ao contrário do que ocorreu entre 1974/79, o endividamento atinge essencialmente os Estados imperialistas e às grandes multinacionais.

O movimento parte, evidentemente, dos bancos dos países imperialistas. Estes continuam a ser os únicos que dispõem de grandes reservas de capital-dinheiro, ou, o que é igual, os únicos cujos créditos estão disponíveis para operações de crédito de grande vulto.

A razão pela qual o sistema financeiro imperialista realizou no ciclo anterior tão vultuosos empréstimos ao terceiro mundo obedeceu ao esgotamento brutal nos países imperialistas da demanda de capital-dinheiro suplementar, devido à queda dos investimentos nos estados imperialistas. Estas ofertas se conjugaram com o modelo de acumulação escolhido pelas burguesias "nacionais" dos países semi-industrializados, voltadas para a exportação. Mas, justamente como resultado da crise, as exportações destes países não puderam acompanhar o ritmo do seu próprio endividamento. Por causa disso, e pela alta das taxas de juro americanas, o peso do endividamento aumentou constantemente, sobretudo no Brasil, México, Argentina, Nigéria, Indonésia, Polônia, Iugoslávia, Romênia que estão entre os "grandes" devedores.

6

Desse modo, o fantasma da insolvência destes países começou a pairar. O sistema financeiro imperialista começou a efetuar operações regulares de reescalonamento dos créditos, empurrando os países mais débeis, um após outro, para a inadimplência. Isto, ine-

Os limites da atual retomada do crescimento capitalista

gavelmente, prolongou a recessão de 80/82, através de um estreitamento dos "mercados substitutivos" criados no ciclo precedente.

O endividamento dos países do terceiro mundo continuam a representar uma ameaça para a economia internacional em seu conjunto.

Mas, aos poucos, dois mercados substitutivos apareceram nos próprios países imperialistas: de um lado, o dos gastos militares acrescidos da expansão da dívida pública e, do outro, o do endividamento crescente de um certo número de grandes corporações imperialistas, seja para cobrir perdas gigantescas ou para financiar operações especulativas de grandes proporções, principalmente fusões financiadas quase completamente pelo crédito bancário. É o caso do Continental Illinois que para evitar a falência recebeu 6 bilhões de dólares.

É preciso perceber que o problema do endividamento supera o dos países do terceiro mundo, mas isto não significa que estes não representem uma ameaça para a economia capitalista internacional no seu conjunto. Tal ameaça paira de uma dupla forma: em primeiro lugar, porque a situação de insolvência na qual se encontram estes países os leva sob pressão do FMI a reduções draconianas nas suas importações, contribuindo

A causa fundamental da crise financeira reside no fato de que o aumento do crédito bancário é indispensável para impedir que a queda da taxa de lucro e o aumento da capacidade ociosa nas indústrias se tornem explosivos.

do assim à estagnação do mercado mundial, e ao prolongamento da onda econômica depressiva; em segundo lugar, porque uma boa parte desses créditos que são dados pelos bancos privados ultrapassam os seus próprios capitais e as reservas destes bancos e porque o não pagamento dos juros ordinários ameaça levá-los à falência.

7

Devemos concluir que um "crack" financeiro é inevitável? Não. A pressa com que as autoridades monetárias americanas deram os 6 bilhões de dólares ao Continental Illinois, contrastando com a lentidão que acompanha toda operação de reescalonamento menor dos créditos dos países dependentes, confirma claramente que os governos imperialistas farão praticamente tudo para impedir tal crack. O governo americano não pode deixar cair o Chase Manhattan ou o Citicorp, pois o governo americano é o Chase e o Citicorp. Haverá, pois, provavelmente, nacionalização e internacionalização das perdas. Tudo reside em saber quem carregará o ônus e quais serão as consequências incalculáveis do resgate do sistema bancário imperialista.

Não houve uma verdadeira reestruturação do mercado mundial. A causa fundamental da ameaça da crise financeira reside no fato de que o aumento permanente do crédito bancário é indispensável para impedir que as duas contradições fundamentais da economia capitalista internacional se tornem explosivas. Trata-se, de um lado, da queda da taxa de lucro, ou seja da insuficiência do conjunto da mais-valia produzida normalmente para garantir ao conjunto dos capitais, principalmente aos capitais novamente acumulados, as taxas de lucro esperadas.

Trata-se, de outro lado, do surgimento de capacidades de produção ociosas cada vez maiores em ramos industriais diferentes, ou seja, a insuficiência na demanda dos "últimos consumidores" para absorver todos os bens de consumo que o sistema pode produzir.

Mas quando o crescimento do crédito se autonomiza em relação aos lucros e à produção reais, a crise de rentabilidade e a crise de super-produção ameaçam terminar numa crise financeira, esta última, agravando as anteriores.

8

Num primeiro momento, a expansão da produção industrial dos países dependentes semi-industrializados, primeiramente os países do Sudeste Asiático e o Brasil, mas, também, em menor medida, México e Índia, pareceu espetacular. Em 1983, por primeira vez na história, as importações americanas de produtos manufacturados do terceiro mundo ultrapassaram as exportações de manufacturas para esses mesmos países.

É a depressão de longo prazo que comanda os limites da "retomada" capitalista e não está última a que permite superar a depressão.

O deslocamento de capacidades produtivas que envolve esta situação não implica em verdadeiros ganhos em produtividade: o que está na base de tais movimentos são diferenças de custos (ex. salários reais mais baixos comparativamente) e, portanto, de lucros, os quais por sua vez são neutralizados por uma produtividade rebaixada. Ao mesmo tempo tais deslocamentos não implicam num crescimento mas na redução da demanda global a escala internacional. Isto resulta num recuo do volume do comércio mundial, seguido de uma estagnação e depois de uma expansão desse volume, inferior à expansão da produção nos países envolvidos na retomada.

Observa-se que é a depressão de longo prazo a que comanda os limites da "retomada" capitalista e não esta última a que permite superar a depressão. Não existe nenhuma regulação previsível em função de uma reorganização fundamental dos processos de trabalho.

9

Os que acreditam nas possibilidades do sistema capitalista chegar a uma "regulação" das condições de acumulação do capital, ou mais exatamente, a uma retomada sobre uma acumulação em grande escala do capital, pois é precisa para sair da longa depressão que já leva quase 15 anos, colocam frequentemente — e corretamente — que para atingir tal objetivo é necessária uma reorganização fundamental dos processos de trabalho, da organização do trabalho ao nível das empresas. A história confirma efetivamente que é esse o único meio de chegar a um crescimento considerável e simultâneo da massa e da taxa de mais-valia.

Para haver uma retomada duradoura da acumulação capitalista é necessário uma reorganização fundamental dos processos de trabalho.

Até agora, o resultado obtido pelo Capital em relação a isto a nível internacional é mais do que modesto, e isso, apesar do aumento constante do desemprego que, para os países imperialistas, ultrapassou os 10 milhões em 1970, chegando atualmente aos 35 milhões ameaçando atingir logo os 40 milhões.

Sem dúvida, os salários reais se estagnaram e se baixam em quase todos os países imperialistas. Aliás, os salários caem numa série de países semi-industrializados. Consequentemente, há uma verdadeira explosão de lucros capitalistas. Segundo **Bussines Week** de 18 de junho de 1984, os lucros brutos aumentaram em 83, 44 por cento no Canadá, 24,4 por cento na Inglaterra, 13,2 por cento na Alemanha, 10 por cento nos Países Baixos, 8,7 por cento na França. Aumentaram em 1984 31,7 por cento na Itália, perto de 20 por cento

na Inglaterra, 14 por cento na França, e perto dos 10 por cento na Alemanha Ocidental. Para os Estados Unidos e o Japão as cifras são da mesma ordem.

10

Trata-se porém de um movimento puramente conjuntural, que não corresponde a mudanças estruturais no processo de trabalho. Quando tais mudanças se realizam, sobretudo como resultado da robotização,

Os limites para aumentar a extração da mais-valia são reduzidos na medida que cresce a resistência operária como resultado do prolongamento da crise econômica.

os seus efeitos sobre a produção de mais-valia não são efetivos para as empresas em questão senão na medida que permaneçam marginais, desembocando numa simples redistribuição da mais-valia. Se se generalizassem, o que não é previsível antes de vários decênios, resultaria disso uma queda da massa de mais-valia que neutralizaria todo aumento da taxa de mais-valia, já que somente a mão de obra assalariada viva produz mais-valia. Os robots não a produzem.

Os limites para aumentar a extração de mais-valia de uma mão de obra industrial cujo volume se reduz, se estagna ou só cresce levemente são pois, muito reduzidos. E são mais ainda na medida que a resistência operária cresce como resultado do prolongamento da crise econômica e sua extensão, afetando os grandes batalhões da classe operária.

As conquistas operárias em matéria de previdência social que até agora tinham limitado os efeitos da crise no orçamento familiar, começam a ser atingidas pela erosão das políticas de "austeridade". Mas isso estimula a resistência operária contra os efeitos de tal política.

11

A maior reserva disponível para o aumento da produção da mais-valia, sob o signo da terceira revolução tecnológica, é a industrialização dos serviços, a transformação da prestação de serviços em venda de mercadorias cuja produção signifique um aumento na produção mais-valia. Estamos longe da pretensa sociedade de "pós industrial"!

É o resultado das lutas sociais e políticas entre forças de classes vivas que decidirá a sorte dos objetivos do capital e não qualquer automatismo regulador interno do sistema capitalista.

É o que acontecerá principalmente no domínio da saúde, do ensino, da distribuição, dos serviços bancários etc. Mas isso vem acompanhado de um triplo efeito gerador de protestos operários: redução do emprego, redução das prestações de serviço e diminuição da qualidade desses serviços. Haverá pois, neste campo aumento da resistência operária.

Mantemos porisso o diagnóstico emitido anteriormente. Para que o capital possa sair da longa depressão em curso, precisa quebrar a resistência das massas trabalhadoras, conseguir uma importante deterioração no seu nível de vida e de organização. A mesma coisa tendo que ocorrer com os países do terceiro mundo que devem ver aumentada sua super-exploração. Assim mesmo, precisa reintegrar num grau muito superior os Estados Operários ao mercado mundial capitalista. O Capital está longe de ter atingido esses objetivos, em pelo menos um desses campos. O mínimo que podemos dizer é que isso lhe levará no mínimo muito tempo. E o resultado das lutas sociais e políticas entre forças de classes vivas que decidirá a sorte dos objetivos do Capital e não qualquer automatismo regulador interno do sistema capitalista.

16 de junho de 1984



NICARÁGUA:

A luta contra a burguesia, apoiada pelo imperialismo, prossegue em todas as frentes. Nas fronteiras, com as armas na mão. Nas fábricas e nos campos, aumentando o controle social sobre a produção. Na implantação de uma democracia de massas, isolando a burguesia no terreno da luta política e ideológica.

Por Enrique Hernandez

No campo militar, a ação dos contra-revolucionários (**contras**) tem sido contida e desestruturada pelo Exército Popular Sandinista (EPS) e as dezenas de milhares de combatentes das milícias populares.

A chegada de Reagan ao governo dos Estados Unidos foi recebida pelos contras com alegria e muita champanha. O apoio ianque em armamento e dinheiro começou a fluir. Mas desde o primeiro momento, os contras foram derrotados e tiveram que voltar a suas bases em Honduras, deixando um rastro de terror em seu caminho. Desde então, essa foi sua estratégia: semear o terror, assassinando pessoas, e buscando causar o maior dano possível aos serviços sociais e assistenciais do sandinismo, assim com à produção do país.

No começo, os contras tinham condições de enganar alguns camponeses, sobretudo porque repartiam dinheiro. Mas logo a população descobriu que o único objetivo dos contras era o terror. E este tem um limite que a vanguarda sandinista conhece muito bem.

Chega um momento em que do simples camponês até os velhos e as crianças descobrem que é preferível o medo do combate a se deixar cortar o pescoço por uma baioneta dos fuzis chineses AK que os contras usam. Então, como diz uma criança de treze anos ao jornal **Barricada**, "agora, damos cacetadas se estes filhos da puta aparecem por aqui".

Os assessores norte-americanos sabem perfeitamente disso. "O êxito de um movimento de guerrilha está no contínuo apoio material e moral da população" diz o famoso **Manual de guerra de guerrilhas e operações de forças especiais** do exército norte-americano. Mas a contra revolução não tem logrado, nem os partidos legais da burguesia conseguiram, o apoio interno. Por isso, trata-se fundamentalmente de uma guerra mercenária, de desgaste, preparatória de uma invasão. Seu objetivo é causar o maior dano possível aos sandinistas.

Mas os contras morrem "como moscas". Sucedem-se uma após outra, suas derrotas. Tanto faz que sejam as forças da Frente Democrática Nicaraguense (FDN, somozistas puros) como as agora ultra-divididas e ridículas forças do renegado Eden Pastora. Daí que o grande perigo seja a invasão direta norte-americana, a qual pode ser recolocada com a reeleição de Reagan. A vietnamização do conflito segue em pauta.

Economia dos tempos de guerra

Segundo cálculos da Junta de Reconstrução Nacional, a guerra civil que acabou com a insurreição em 1979 custou ao país mais de 480 milhões de dólares, assim como a perda de 1,5% da população assassinada por Somoza. Depois de um crescimento acelerado nos anos 60, a economia nicaraguense sofreu uma que-

da da sua taxa de crescimento até um 5,2% anual, que manteve-se até 1978, ano em que a guerra civil generalizou-se.

Depois a queda foi brutal, as atividades produtivas paralizaram-se, a economia se desintegrou e o país chegou à total insolvência.

O programa de reativação econômica e de luta contra o desemprego, a campanha de alfabetização e a reorientação da economia para a produção de bens básicos, teve um êxito total no primeiro ano de pleno governo sandinista (1980). O PIB cresceu 8%. Mas também foi nesse



19 de julho: 300 mil no grande ato em Managua

ano que Reagan ganhou as eleições nos Estados Unidos. De 1981 até agora, o país tem sido sacudido pela guerra.

No último ano, o PIB cresceu 5% enquanto a produção agrícola teve uma taxa de 10% superior ao período 1970-77. Além da guerra, também a queda do comércio mundial e dos termos de troca atingem a economia nicaraguense.

Os princípios da política econômica sandinista são diferentes dos do FMI: estreito controle do mercado de divisas estrangeiras, monopólio do comércio exterior, altos impostos sobre os bens supérfluos, redução de importações não prioritárias, dinamização da produção interna, orçamento estatal orientado ao bem estar social e à produção de alimentos (gastos que não geram uma inflação alta, em contraste com o que acontece nos países ditos "democráticos" da região).

O princípio que vigora é que só aumentando o poder de consumo das massas é possível um crescimento econômico que permita fazer com que desapareçam as desigualdades sociais e que sirva de sustentação à expansão futura. Isso se traduz numa taxa 50% menor de aumento dos preços dos bens de consumo em

relação ao índice geral de preços, paralelamente a uma melhora importante do bem estar, nomeadamente dos camponeses. Daí que o imperialismo tente boicotar tal política, destruindo as lavouras (numa tentativa de estragar a produção agrícola e provocar a alta de preços desses bens populares).

Mas mesmo com a guerra, manteve-se alta a taxa de investimento e a produção, e a tendência é para um sistema de planejamento centralizado. É isto, e só isto, e não o ouro de Moscou, o que explica porque, num momento de grandes difi-

Hoje os partidos da burguesia são em menor número e menores do que em 1979. E isso sem repressão alguma.

As eleições foram convocadas e a burguesia recusou-se a topiar o desafio. Agora, seus agentes buscam o adiamento delas. Na verdade, só fazem o jogo do imperialismo. Uma das reivindicações dos partidos burgueses é o diálogo com os mercenários contra-revolucionários, o que daria legitimidade à luta dos mesmos. A hierarquia da igreja católica, a federação dos empresários, os partidos de direita, argumentam que os contras ali, não como todo mundo sabe porque Reagan os financia, senão porque "faltam liberdades" na Nicarágua.

Nesse contexto é muito importante se analisar o projeto de lei sandinista sobre os meios de comunicação. O projeto foi retirado novamente porque julgou-se que precisa de maior discussão e algumas mudanças.

Mas a discussão tem-se centrado no ponto sobre que tipo de informações devem ser dadas. Ou melhor ainda, sobre a qualidade da informação. Assinala-se por exemplo que as notícias devem ser firmemente sustentadas em fontes verificáveis. Concebe-se a imprensa não como meio de manipulação e comercialização da notícia, senão como uma função social. Estabelece-se assim que o jornalista deve citar sua fonte. O oposto ao jornalismo burguês de "construção" (quer dizer, invenção) da notícia.

Instituições da revolução

As eleições de dezembro de 1984 têm em vista a formação de um governo parlamentar que, porém, não terá espaço para negociar a revolução. A burguesia procura desestruturar as organizações de massas e nega a legitimidade do Exército Popular Sandinista e as milícias. Sua objeção é que há revolução e não uma "reconstrução" do capitalismo. Por isso, a burguesia continua a se desintegrar.

A etapa mais difícil da revolução nicaraguense está colocada agora. As ameaças são as maiores desde 1979. Mas também o espírito das massas é hoje mais forte do que nunca. Isso reflete-se até nos atos mais corriqueiros de uma população que vive uma guerra contra os mercenários dos Estados Unidos. O jornal **Barricada** cita um velho camponês que teve sua casa invadida pelos contras recentemente. Tiraram-no dela e perguntaram-lhe onde estavam as tropas sandinistas. Buenaventura Pineda — assim chama-se o velho camponês — respondeu, segundo seu próprio relato: "Eu lhes disse que se eles eram homens que eles mesmos procurassem". Então os mercenários ameaçaram matá-lo se não saísse correndo. Pineda arremata: "Mas eu lhes respondi que não sou um cara medroso e que não tenho medo da morte".

Derrotar a burguesia em todas as frentes

Os sandinistas têm preferido derrotar a burguesia no terreno da luta ideológica e política, antes de suprimi-la enquanto classe. A "tirania comunista" é um mito dos tantos que produz cotidianamente a propaganda do presidente dos Estados Unidos. A burguesia tem subsistido ao amparo das liberdades garantidas pela "tirania comunista", lutando o tempo todo contra elas, porém, sem poder organizar uma base social firme e ampla.

Cinco anos de revolução



A igreja e a contra-revolução

Aumenta o envolvimento da igreja conservadora com a política de Reagan. Em Manágua, um padre foi flagrado participando de uma rede clandestina financiada pela CIA.

O já longo conflito entre a revolução nicaraguense e a hierarquia da igreja católica agravou-se novamente em fins de junho. O governo sandinista pegou em flagrante um padre participando de uma rede clandestina de contra-revolucionários pagos pela CIA.

Apesar das provas definitivas apresentadas contra o padre Luis Amado Penha, este refutou as acusações, dizendo tratar-se de uma conspiração contra a igreja.

O comandante Lenin Cerna, chefe da Direção Geral de Segurança de Estado, fez públicas as acusações contra Penha. Cerna informou que a Segurança de Estado tinha dissolvido uma "frente interna" da contra-revolucionária Frente Democrática Nicaraguense, principal grupo mercenário financiado pela CIA.

O chefe dessa frente foi preso e, interrogado, envolveu em suas atividades a vários dirigentes de partidos burgueses nicaraguenses, da federação de empresários e de associações profissionais. Chama-se Pedro Hernan Espinoza, mas é conhecido como "O pez", e foi quem manteve contatos com o Padre Penha.

Há provas irrefutáveis já que a Segurança sandinista conseguiu gravar em vídeo uma reunião do padre e do chefe mercenário. Sem perceber as câmaras e microfones escondidos, os dois discutiram extensamente ações e planos contra-revolucionários. Vê-se Penha recebendo instruções para o uso de armas e explosivos. Falam em estocar e distribuir materiais de guerra, tendo a capela de Penha como centro estratégico.

A igreja dividida

Em demonstração de boa vontade, o governo sandinista não prendeu imediatamente o padre, mas solicitou da igreja sua reclusão. Ele será preso só após uma condenação dos tribunais.

Porém, a hierarquia reagiu violentamente à descoberta, retomando acusações contra os dirigentes sandinistas, acusando-os de perseguição à igreja católica.

Ao arcebispo de Manágua e outros padres convocaram uma manifestação contra o governo, não conseguindo reunir nem cinquenta pessoas.

Em resposta o governo expulsou dez padres estrangeiros envolvidos nessa manifestação, já que pela lei, estrangeiros não-residentes estão proibidos de participar da política interna do país.

A evidente posição contra-revolucionária da hierarquia católica ficou mais clara ainda com a publicação, dias depois no *The New York Times*, de informações sobre os planos de financiamento da CIA para atividades da igreja nicaraguense, numa avaliação de que esta é a principal força política de oposição da atualidade.

Dentro dessa contra-ofensiva reacionária da cúpula católica, o papa João Paulo II ameaçou a quatro padres que participam de altos cargos no governo. O papa deu um ultimatum para eles se retirarem sob pena de expulsão. Reagan "agradeceu" condenando o aborto.

O ministro da Educação, conhecido poeta e padre, Ernesto Cardenal afirmou que na Nicarágua existem hoje duas igrejas católicas, uma do lado da revolução, outra do lado dos mercenários. A luta de classes continua a vigorar até no terreno "celestial".

"A invasão acordará forças revolucionárias nunca vistas"

Em recente entrevista pela ocasião do quinto aniversário da revolução sandinista, o comandante Tomas Borges, um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional, falou sobre a situação do país. Avaliou que a invasão da região por tropas norte-americanas é uma ameaça real, mas ressaltou: isso acordaria forças revolucionárias nunca vistas na região, em um processo que mudaria o quadro político em toda a área.

— Qual é sua avaliação sobre a situação política, econômica e social na Nicarágua e América Central? Avalia que haverá guerra na área com os Estados Unidos invadindo o país e El Salvador?

Borge — Os Estados Unidos já estão em guerra conosco. O exemplo mais recente é o dos navios "Piranha" dos Estados Unidos que colocaram e continuam colocando minas nos portos nicaraguenses.

A revolução popular sandinista é um aporte estratégico à paz na região, porque elimina as causas verdadeiras da guerra. Outros países estão numa situação oposta a de nosso país: Honduras é um país ocupado pelos Estados Unidos e com uma economia que, de forma semelhante a salvadorenha, está perto do desastre.

Por outro lado, os resultados seriam imprevisíveis se os Estados Unidos decidissem realizar a invasão da Nicarágua e El Salvador. Uma intervenção massiva não só afastaria as perspectivas de paz na América Central como deflagraria forças revolucionárias acumuladas e ocultas que, com um peso até agora desconhecido, mudariam completamente a geografia política da região.

— Quais foram os principais erros cometidos no processo revolucionário?

Borge — Tempos atrás eu disse que um dos nossos principais erros foi estabelecer a normalidade institucional, logo após o triunfo. Ao assumir o poder, tínhamos um país em ruínas, saqueado. Eram necessárias medidas drásticas para

Um dos nossos principais erros foi estabelecer a normalidade institucional logo após o triunfo. Ao assumir o poder, tínhamos um país em ruínas e saqueado. Eram necessárias medidas drásticas para enfrentar a situação.

enfrentar a situação de emergência. Mas não percebemos corretamente isso e só depois estabelecemos tais medidas, o que foi aproveitado por nossos inimigos para realizar campanhas de desestabilização.

Outro erro foi o acontecido no início da revolução na costa

atlântica, já que não tínhamos uma compreensão da complexidade cultural da população da área. Nossos companheiros deslocaram-se, até lá com o programa histórico na cabeça, com as melhores intenções, com a vontade de levar ensino, saúde, a revolução até esses irmãos. Mas desconheciam a antropologia e as línguas destes povos que foram esquecidos pelo somozismo. Esse desencontro cultural foi habilmente usado pelos inimigos do

Nós exportamos café, algodão, carne, mas também exportamos nosso exemplo de dignidade e patriotismo. Como poderíamos exportar a revolução?

nosso povo para enganar da forma mais cruel, a população indígena, nomeadamente aos misquitos.

— Que opinião tem sobre a acusação norte-americana de que a Nicarágua exporta a revolução?

Borge — Se revisarmos a história, é fácil constatar que são os que mesmo ontem acusaram a Augusto Sandino de ser "satélite do bolchevismo mexicano", por ter lutado pela soberania nacional contra a ocupação norte-americana.

Nós exportamos café, algodão, carne mas também exportamos nosso exemplo de dignidade e patriotismo. Como poderíamos exportar a revolução?

— Poderia avaliar a situação dos direitos humanos, a religião e a liberdade de imprensa na Nicarágua?

Borge — Na Nicarágua, só a revolução conseguiu o respeito aos direitos humanos. A melhor mostra disso são as recentes punições aplicadas em Matagalpa a treze civis e militares que violaram as leis do país. Só com a revolução fez-se possível acabar com a tortura e o tratamento desumano aos presos. Só a revolução pôde conceber a reabilitação dos presos com uma política de reeducação, integrando-os ao trabalho produtivo. Já funcionam seis granjas de regime aberto como um eficiente instrumento de reabilitação. Só a revolução teve a preocupação de que a

divida moral dos presos com seu povo seja cumprida em condições humanas, e para isso temos melhorado e construído novos prédios penitenciários.

Porém, confessamos que na Nicarágua ainda não há um completo respeito aos direitos humanos, porque apesar dos grandes avanços da revolução, há pessoas sem trabalho, há crianças trabalhando para ajudar as suas famílias, há famílias sem moradia digna.

Certamente, outras das mentiras que difundem-se no exterior e interior é que aqui não respeitam-se as crenças religiosas. Jamais como hoje houve tanta liberdade de culto. Exemplo disso é que existem 155 paróquias com mais de 350 igrejas onde celebram-se 300 missas diárias.

Muitas ordens católicas assim como dezenas de igrejas protestantes estão representadas no país. Numerosos padres, pastores e religiosos participam ativamente do processo revolucionário. Mas há ou-

As grandes massas que jamais tiveram vez nas rádios e jornais, agora têm acesso à comunicação. Eis a verdadeira liberdade de expressão.

tros que a partir de posições não muito religiosas nem espirituais, opõem-se a este processo e pregam coisas que nada têm a ver com a religião, travando a verdadeira liberdade de culto que tanto proclamam.

Em relação à liberdade de imprensa, temos que lembrar que 55 por cento das rádios são privadas, assim como dois dos três jornais de nível nacional. E só agora, com a revolução é que há uma ampla e real liberdade de expressão porque os diversos grupos humanos, as classes sociais marginalizadas — operários e camponeses — têm a possibilidade de expressar suas idéias, e não só três ou quatro pessoas com recursos econômicos para comprar um editorial. As grandes massas que jamais tiveram vez nas rádios e jornais, agora têm acesso à comunicação. Eis a verdadeira liberdade de expressão.

CHILE

Nova Jornada contra Pinochet

O POVO NAS RUAS



Barricadas no bairro de La Victoria durante os protestos de 11 de maio



Manifestantes são reprimidos por carabineiros no centro de Santiago.

A solidariedade no Brasil

O movimento de solidariedade com a resistência do povo do Chile tem se espalhado e fortalecido no Brasil. É assim que em diversas partes do país estão fortalecendo-se os Comitês de Solidariedade, nomeadamente no Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, enquanto que em Salvador e Belo Horizonte estão em formação.

O Comitê de Solidariedade com o Povo Chileno de São Paulo organiza para o próximo mês de setembro diversas atividades antiditatoriais. Estas atividades, aliás, são de apoio à Jornada de Protesto Nacional proclamada pelas forças de oposição ao regime militar.

O programa inicia-se em 4 de setembro com um ato de homenagem a Salvador Allende no auditório da Secretaria do Interior, no qual tomará posse a direção do comitê, composta por representantes de organizações populares e políticas do povo brasileiro.

Greve de Fome

Nos dias 7, 8 e 9 do mês, por 48 horas será realizada uma greve de

fome na Catedral da Sé, em denúncia dos atentados aos direitos do povo chileno. A atividade culminará como um ato litúrgico em memória dos heróis e mártires destes onze anos de resistência popular.

No dia 11 de setembro, data do golpe de estado, se realizará uma passeata até a representação diplomática da ditadura militar e do regime de Pinochet. A manifestação será ao meio-dia em frente ao Consulado do Chile.

No dia 21 de setembro na sede do Sindicato dos Arquitetos, haverá um Encontro Folclórico, do qual participarão artistas e cantores que se solidarizarão com a luta do povo do Chile.

Também no dia 6, será realizado um debate sobre a situação política chilena no auditório da **Folha de São Paulo**. Para o debate estão convidados renomadas lideranças e intelectuais.

Junto a estas atividades serão realizados ciclos de cine e debates, em locais que proximamente serão divulgados.

Para os próximos 4 e 5 de setembro está sendo organizada uma nova Jornada de Protesto Nacional contra a ditadura chilena do general Pinochet. Assim como nas do ano passado e nas recentes de março e maio deste ano, os protestos são dirigidos pelas organizações antiditatoriais e populares como as representadas no Comando Nacional dos Trabalhadores e no Movimento Democrático Popular.

Desde meados de abril até o início de junho, a situação política do país tem-se apresentado bastante complexa. Em avaliação do Comitê de Defesa dos Direitos do Povo (CODEPU), "a ditadura tem recuperado uma cota importante de iniciativa no plano repressivo, econômico e político, o qual expressou-se na ação e legislação repressiva, a reprogramação da dívida pelo Ministério da Fazenda e o reconhecimento do "grupo dos oito" (oposição de direita) como interlocutores válidos na cena política."

Por outro lado, a Aliança Democrática (AD) que reúne partidos de centro e direita, da oposição à Pinochet, vive um processo de divisão. A AD formulou uma política de frente cívica cujo objetivo é a formação de um bloco ampliado para a direita, com uma esquerda que seja-lhe subordinada. Em avaliação do CODEPU "tal proposta caminha de fracasso em fracasso pela tentativa que faz de trocar a contradição principal entre povo e ditadura por outra entre civis e militares".

A crise da oposição burguesa

No entanto, o Movimento Democrático Popular, que agrupa o PC, o MIR (Mov. de Esquerda Revolucionária), um setor do Partido Socialista, e outras organizações menores tem feito novas propostas em relação à necessidade da unidade e à mobilização. Segundo declarações de um dirigente do MIR, "o MDP a partir de sua conferência nacional de fevereiro deste ano, tem ganho um crescente espaço no campo da oposição, alargando sua capacidade de mobilização, estendendo sua organização a nível nacional e fortalecendo sua proposta democrática.

Seu programa democrático popular assume com clareza os objetivos básicos pelos quais luta o povo chileno: derrubada da ditadura, formação de um Governo Provisório, com todas as forças que participam da luta antiditatorial, convocação de uma Assembleia Constituinte, democratização das Forças Armadas, dissolução dos aparelhos repressivos, programa de emergência para a economia nacional e outros. A realidade nacional mostra que é em torno a estes objetivos que mobiliza-se a oposição à ditadura".

O mesmo dirigente do MIR avalia que, no entanto, "a oposição burgue-

sa, agrupada principalmente na AD, atravessa uma profunda crise, reconhecida publicamente por seus próprios dirigentes. Esta crise é consequência das vacilações que este bloco político teve e tem frente à ditadura. A participação da AD nos diálogos convocados pela ditadura tem sido rechaçada pelo povo, assim como suas intenções de utilizar a mobilização social como instrumento de negociação com o regime. O fato não só foi objeto de repúdio popular, senão que também no interior da AD manifestaram-se importantes setores antiditatoriais que não aceitam a desmobilização como condições nas conversações com a ditadura. A crise da AD atingiu sua máxima expressão nos meses recentes quando de forma definitiva o movimento popular ultrapassou a sua condução conciliadora."

A greve geral

Ainda de acordo com o dirigente do MIR, "é nesse quadro político que se produz, a convocação do Protesto Nacional para começo de setembro, com o objetivo de acumular forças para a paralisação nacional. De fato, desde as mobilizações de março passado irrompeu na cena política a idéia de uma greve geral. Nas concentrações do primeiro de maio, o Comando Nacional dos Trabalhadores assumiu a sua defesa. Desde então, as mobilizações incorporaram a consigna da greve, enquanto as organizações sindicais e revolucionárias discutem as tarefas que cercam a sua realização.

A jornada de setembro será preparada através de mobilizações parciais por regiões e frentes, sob a forma de marchas contra a fome, jornadas dos direitos do povo, greves de fome, passeatas relâmpagos, ocupações de escolas e universidades

A auto-defesa popular

Como nas anteriores jornadas, a mobilização incluiu a autodefesa popular contra a repressão ditatorial. A autodefesa dos bairros populares e favelas assume a forma de Milícias de Resistência Popular, expressão organizada do povo, responsável na condução dos combates, a construção de barricadas, ataques ao inimigo, emboscadas, punição aos dedoduros e realização das tarefas de agitação e propaganda. Soma-se a eles atividades militares de mais envergadura da Frente Patriótica Manuel Rodríguez e as Forças Armadas da Resistência Popular."

O dirigente do MIR sintetizou: "a Jornada Nacional de Protesto de setembro próximo é um novo passo para a realização da Paralisação Operária e Popular. É um novo passo na luta pela liberdade do povo chileno. É um novo passo em direção à derrubada da ditadura militar".